

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA: COMO O FINANCIAMENTO FLUI

Terceiro relatório anual da ActionAid Como o Financiamento Flui



NOVEMBRO 2025





VOCÊ PENSA QUE SABE SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA?

PENSE DE NOVO

EXISTEM SOLUÇÕES
REAIS QUE Podem
PROTEGER E
RESTAURAR NOSSO
MUNDO.

FUND OUR FUTURE

act:onaid

JUNTE-SE A NÓS E PODEMOS AGIR EM CONJUNTO, AGORA!

ÍNDICE

Glossário	4
Sumário Executivo	5
Introdução	8
Seção 1: A crise climática	9
Seção 2: Precisamos de uma mudança de sistema, não de uma mudança climática	12
Seção 3: Corrigindo os sistemas financeiros	32
Seção 4: Financiamento climático fluindo para uma transição justa – o que os dados revelam	35
Seção 5: Conclusões e recomendações	44
Anexo: Metodologia	48

GLOSSÁRIO

ADB	Asian Development Bank
AfDB	African Development Bank
BAM	Belém Action Mechanism on just transition
BECCS	Bioenergy with Carbon Capture and Storage
CSO	Civil Society Organisation
CDR	Carbon Dioxide Removal
CFS	Committee on World Food Security
CH4	Methane
CIFs	Climate Investment Funds
COP	Conference of the Parties of the UN Framework Convention on Climate Change
CO2	Carbon dioxide
CTF	Clean Technology Fund
EBRD	European Bank of Reconstruction and Development
EOR	Enhanced Oil Recovery
EVs	Electric Vehicles
FAO	United Nations Food and Agriculture Organisation
FPIC	Free, Prior, and Informed Consent
G8	Group of Eight countries
G20	Group of Twenty countries
GAM	Global acute malnutrition
GAP	Gender Action Plan
GCF	Green Climate Fund
GDP	Gross Domestic Product
GHG	Greenhouse gas emissions
HREDD	Human Rights and Environmental Due Diligence
IADB	Inter-American Development Bank
ICJ	International Court of Justice
IFC	International Finance Corporation
ILO	International Labour Organisation
IMF	International Monetary Fund
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
ITUC	International Trade Union Confederation
JTWP	Just Transition Work Programme
LLA	Locally Led Adaptation
MDB	Multilateral Development Bank
NCQG	New Collective Quantified Goal on finance
NGO	Non-Governmental Organisation
N2O	Nitrous oxide
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
PCC	Presidential Climate Commission (South Africa)
SAM	Severe Acute Malnutrition
SCF	Strategic Climate Fund
SRM	Solar Radiation Management
UN	United Nations
UNDROP	United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working In Rural Areas
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change
UNGPs	UN Guiding Principles on Business and Human Rights (UNGPs)
WB	The World Bank Group

SUMÁRIO EXECUTIVO

Praticamente nenhum financiamento climático vai apoiar trabalhadores e comunidades em transições justas.

Isso é um absurdo.

Enquanto a crise climática se agrava cada vez mais, a crise do custo de vida e a crescente insegurança econômica seguem alimentando a resistência às ações climáticas em todo o mundo. Por isso, é chegada a hora de os formuladores de políticas climáticas aprenderem lições importantes e garantirem que as prioridades das pessoas ocupem um papel central em todas as respostas climáticas. Uma abordagem às ações climáticas conhecida como **“transição justa”**, que atende às necessidades dos trabalhadores, das mulheres e das comunidades, deve formar a base das ações climáticas daqui para frente.

A assustadora proximidade do limite de aquecimento de 1,5 °C estabelecido pelo Acordo de Paris é um sinal claro de que as medidas contra as mudanças climáticas têm sido extremamente insuficientes. Há uma necessidade urgente de uma saída gradual dos setores energético e agrícola que poluem e de um correspondente incremento da energia renovável e da agroecologia. Apesar disso, as duas indústrias que mais respondem pelas mudanças climáticas – a dos combustíveis fósseis e a da agricultura industrializada – seguem numa expansão implacável.

O nível do reconhecimento público do peso exercido pela agricultura industrial nas mudanças climáticas é muito menor do que o conferido aos combustíveis fósseis, embora o setor agrícola e fundiário seja o segundo mais poluente, depois dos combustíveis fósseis. A maior parte dessas emissões é causada pelo desmatamento impulsionado pela agricultura industrializada, pela dependência de fertilizantes à base de combustíveis fósseis e pelo uso agressivo da pecuária industrial. Com a chegada à cidade amazônica de Belém das negociações climáticas da COP30, o papel exercido pela agricultura industrial na destruição do “pulmão da Terra” para a produção de soja, milho e carne bovina ocupa, agora, posição de destaque no debate climático.

Ademais, a agricultura não é apenas o setor mais vulnerável aos impactos das mudanças climáticas, mas também o que mais gera emprego em todo o mundo, **proporcionando meios de subsistência para um quarto da população mundial**, quase metade da qual composta por mulheres. Isso evidencia que as abordagens de transição justa precisam ser cuidadosamente aplicadas às ações climáticas na agricultura e nos sistemas alimentares, além de outros setores, como o da energia e o da extração de minerais críticos.

De fato, em muitas partes do mundo, trabalhadores, agricultores e membros da comunidade que já têm bons motivos para se preocupar com as mudanças climáticas estão ainda mais aflitos com o risco representado pela lógica restrita de contagem de carbono e políticas climáticas impostas de cima para baixo para seus meios de subsistência, sua segurança alimentar ou acesso à terra e à energia. Os agricultores e trabalhadores da indústria de combustíveis fósseis e da agricultura industrial podem se perceber demonizados, na defensiva, e culpados pela crise climática. Porém, a maioria está sobrecarregada, pressionada, explorada e, muitas vezes, presas em um tipo de beco sem saída. Muitos temem que as ações climáticas aumentem seus fardos já impossíveis de suportar ou lhes privem completamente de seus meios de subsistência.

Tais preocupações aumentam a resistência local e política às ações climáticas, além de serem, cada vez mais, cinicamente exploradas por atores que buscam polarizar o debate e aumentar o ceticismo climático. As abordagens voltadas à ação climática devem, portanto, abordar e não ignorar as preocupações pertinentes que as pessoas têm sobre meios de subsistência precários, custo de vida e, por obvio, seus direitos humanos à terra, água e segurança.

Portanto, é chegada a hora de a ação climática aprender com seus próprios sucessos e fracassos e se atualizar e evoluir para um processo centrado nas pessoas e guiado pelos princípios de uma transição justa. Em outras palavras, é hora de a transição justa passar a ser o alicerce da **“Ação Climática 2.0”** para destravar, liberar e acelerar as transformações climáticas.

As abordagens de transição justa conferem às pessoas um papel central, garantindo que as mais afetadas pelas mudanças climáticas e econômicas não sejam deixadas para trás, mas sim empoderadas e apoiadas. Os quatro princípios da transição justa da ActionAid podem garantir que tanto o PROCESSO quanto o RESULTADO da ação climática sejam verdadeiramente justos.

1

Garantir processos participativos e inclusivos para dar aos trabalhadores, mulheres e comunidades oportunidade de comunicar suas preocupações e de construir futuros que sejam melhores para si e para o clima.

2

Desenvolver planos e conjuntos de política abrangentes capazes de dar às pessoas o suporte necessário para que possam fazer as transições e lidar com os possíveis impactos nos seus meios de subsistência. Isso pode se dar, por exemplo, por meio de estratégias voltadas para a diversificação econômica, treinamento, requalificação, além da oferta de apoio à renda quando necessário.

3

Combater — e não agravar — a desigualdade, por exemplo, assegurando às pessoas empregos decentes, alimentos e energia a preços acessíveis, acesso a serviços públicos, garantias de direitos, além de priorizar as necessidades das mulheres e das comunidades marginalizadas.

4

Mudança sistêmica para as pessoas, a natureza e o clima que extrapolem a lógica restrita da contagem de carbono e do greenwashing corporativo, rumo a uma mudança sistêmica, que se afaste do uso dos combustíveis fósseis e da agricultura industrial prejudicial, e vá ao encontro de soluções transformadoras que protejam os ecossistemas e os direitos das pessoas.

O financiamento climático é um facilitador fundamental para a ação climática e a transição justa. Grande parte da análise das complexas questões políticas que envolvem o financiamento climático centra-se na lamentável falta de financiamento por parte dos países ricos e no fato frustrante de que, até agora, dois terços do financiamento climático têm sido concedidos sob a forma de empréstimos e não na forma de doações. Quando se trata dos impactos do financiamento climático, contudo, há outras perguntas a serem feitas sobre quais atividades recebem – e quais não recebem – apoio, e sobre se o financiamento climático realmente põe em prática as medidas necessárias para dar às pessoas lugar de destaque na ação climática.

Neste relatório, portanto, revisamos as políticas e analisamos as propostas de financiamento dos dois maiores fundos multilaterais do mundo voltados especificamente para o clima e que disponibilizam dados publicamente: o **Fundo Verde para o Clima (GCF)** e os **Fundos de Investimento Climático (CIF)**. Desenvolvemos uma análise quantitativa de projetos de mitigação e projetos transversais para compreender até que ponto os fundos multilaterais financiam e possibilitam transições justas em seus esforços para redução das emissões.

Uma nova pesquisa feita pela ActionAid revela que:

- **O percentual incrivelmente baixo de 2,8% do financiamento climático multilateral para mitigação foi destinado ao apoio a transições justas — apenas US\$ 630 milhões ao longo de mais de uma década.**
- **Isso significa que apenas um dólar em cada 35 foi gasto para apoiar transições justas. As abordagens de transição justa para a ação climática são impressionantemente subfinanciadas.**
- **Menos de 1 em cada 50 projetos (1,9%) apoiados pelo GCF e pelo CIF foram considerados adequados em termos de escuta e apoio aos trabalhadores, às mulheres e à comunidade por meio de uma transição justa.**
- **Quase todos os projetos de transição justa foram financiados pelo GCF, onde menos de um em cada 18 projetos (10 de 178 projetos, ou apenas 5,6%) cumpriu adequadamente os critérios de transição justa. Apenas 2 de um total de 466 (0,4%) projetos do CIF apoiaram a transição justa.**
- **O bilionário Jeff Bezos gastou mais com a compra e operação do seu super iate (US\$635 milhões), do que os fundos multilaterais climáticos gastaram em ações voltadas para transição justa em todo o Sul Global.**

Os fluxos do financiamento climático claramente falham ao não conseguirem corresponder à necessidade de uma transição justa na ação climática, além de não darem a devida prioridade à participação das pessoas, aos seus direitos ou meios de subsistência. De fato, quando se trata de apoiar transições justas, as políticas institucionais do GCF, dos CIFs e das suas instituições de implementação apresentam apenas políticas parciais no papel e grandes lacunas na prática.

A insuficiência do financiamento climático, o crescente ceticismo climático e o *greenwashing* corporativo travam as urgentes ações transformadoras necessárias para evitar um colapso climático descontrolado. Há uma necessidade urgente de reformulação das políticas climáticas, do financiamento climático e da elaboração de propostas climáticas voltadas para assegurar à transição justa um lugar central na abordagem da ação climática. As políticas climáticas e os financiamentos destinados a apoiá-las devem agora aprender lições cruciais e priorizar transições justas centradas nas pessoas para atender às necessidades das comunidades, eliminar resistências e desencadear transformações.

Recomendações:

- 1. Financiamento climático:** Os países ricos poluidores devem cumprir com sua cota de responsabilidade e fornecer trilhões de dólares em financiamento climático na forma de doações a cada ano, para que os países do Sul Global na linha de frente da crise climática possam tomar as medidas necessárias para garantir uma transição justa. Os governos na COP30 devem reconhecer claramente que instrumentos financeiros privados, como empréstimos, investimentos ou compensações de carbono, não substituem o financiamento público real na forma de doações e não podem “preencher a lacuna” quando se trata de transições justas ou ações climáticas urgentemente necessárias.
- 2. Fundos climáticos multilaterais:** O Fundo Verde do Clima (GCF) deve aumentar seu apoio a transições justas por meio de melhores orientações, alocações, formatos de propostas e políticas institucionais. Os países e instituições que desenvolvem projetos devem adotar medidas para que a transição justa faça parte do planejamento e elaboração de propostas, em colaboração com os trabalhadores e as comunidades. Entretanto, o fracasso dos Fundos de Investimento Climático (CIFs) em apoiar projetos de transição justa, somado ao seu fraco desempenho na maioria dos indicadores de transição justa expõem as deficiências fundamentais dos CIFs e sua governança a cargo dos bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs). Assim, nossa recomendação é de que os CIFs sejam encerrados (liquidados), conforme originalmente previsto quando de sua criação. Quaisquer projetos novos ou existentes devem centrar-se na participação das comunidades e dos trabalhadores e incluir um monitoramento robusto a fim de garantir que os direitos sejam respeitados e os princípios de transição justa sejam seguidos.
- 3. Transições justas nos âmbitos nacional e subnacional:** as políticas governamentais relacionadas à energia, agricultura e extração de recursos naturais devem eliminar gradativamente os combustíveis fósseis e a agricultura industrial prejudicial, além de acelerar a transição para a energia renovável, a agroecologia e o fornecimento responsável de minerais. Tais medidas devem ser pautadas por abordagens de transição justa que incluam planejamento participativo, requalificação profissional, diversificação econômica, proteção social, serviços públicos, perspectiva de gênero e salvaguarda dos direitos. As abordagens de transição justa devem ser parte integrante da concepção e financiamento de projetos para implementação dessas políticas.
- 4. As negociações climáticas da UNFCCC na COP30** devem chegar a um consenso acerca de um novo **Mecanismo de Ação de Belém (BAM)** para uma transição justa global no âmbito do Programa de Trabalho para uma Transição Justa (JTWP). O BAM proposto deve contar com uma abordagem que englobe toda a economia, inclusive energia, agricultura e minerais, além de *coordenar* ações dentro e fora da UNFCCC para alinhar os rumos; construir uma rede global de aprendizagem e colaboração compartilhadas; *apoiar a implementação* das ações, tornando a transição justa mais elegível para financiamento, capacitação e transferência de tecnologia, bem como encontrar caminhos para enfrentar barreiras à transição justa, como políticas injustas voltadas para o comércio, investimento e dívida.

INTRODUÇÃO

A ação climática enfrenta uma série de obstáculos, que incluem a falta de financiamento climático, insegurança econômica, ceticismo climático, além de um *greenwashing* generalizado. É chegada a hora de o conceito de **transição justa** ganhar o destaque que merece e reestruturar os fluxos de financiamento climático.

O presente relatório estabelece os princípios fundamentais de uma transição justa e analisa em que medida os fluxos financeiros relacionados à questão climática – mormente os provenientes de fundos multilaterais – dão suporte a essa abordagem.

A **Parte 1** define o contexto da crise climática, que, todos os anos, vem causando desastres climáticos cada vez mais frequentes e intensos, prejudicando de forma desproporcional o Sul Global, que é precisamente a parte do mundo que menos tem contribuído para as emissões globais.

Na **Parte 2**, explicamos por que, ao longo do processo de substituição dos sistemas de combustíveis fósseis poluentes e da agricultura industrial pela energia renovável e agroecologia, passamos a necessitar de abordagens baseadas em uma “transição justa” para fazer frente a desigualdades, criar oportunidades de subsistência e proteger direitos. O conceito foi inicialmente desenvolvido por sindicatos para proteger os direitos de trabalhadores e comunidades. Aqui, estabelecemos um conjunto de princípios de transição justa para a construção de processos e entrega de resultados nos setores de energia, agricultura e minerais críticos, de modo que as ações climáticas possam ser estruturadas para atender às necessidades e interesses das pessoas, eliminar resistências e desencadear mudanças.

Na **Parte 3**, são descritas as etapas necessárias para correção do sistema financeiro.

A **Parte 4** do relatório avalia o financiamento climático oriundo dos fundos climáticos multilaterais, como o Fundo Verde para o Clima (GCF) e os Fundos de Investimento Climático (CIFs), em relação a um conjunto de indicadores necessários para uma transição justa. Os dados disponíveis revelam conclusões chocantes: apenas **3% dos financiamentos climáticos canalizados através do GCF e dos CIFs apoiaram abordagens baseadas na “transição justa”** para redução das emissões.

Por fim, a **Parte 5** destaca as conclusões e recomendações para políticas e fluxos de financiamento capazes de promover transições justas, inclusive no que tange ao GCF e ao CIF. As negociações climáticas da COP30 das Nações Unidas em Belém abrem uma janela de oportunidade para a adoção e apoio sistemáticos de abordagens baseadas em uma transição justa por meio de um novo instrumento proposto para coordenação das políticas internacionais e nacionais, finanças e estruturas de apoio.

O cenário político atual contribui para o frustrante e lento ritmo das ações climáticas, e há ainda muito a ser aprendido e incorporado ao planejamento e financiamento climáticos. A principal lição é que as ações climáticas devem sempre colocar no centro do debate as necessidades das pessoas e a justiça social. As pessoas precisam de garantias de que as ações climáticas fortalecerão, ao invés de ameaçar, suas vozes, seus meios de subsistência, suas terras, seus direitos, bem como o acesso a alimentos e energia a um custo viável.

Ao cabo e ao final, são as pessoas que fazem a ação climática acontecer. As abordagens baseadas em transição justa permitem que elas coloquem em prática esse poder de forma sistemática e gradual.



As mudanças climáticas vêm provocando chuvas cada vez mais intensas e inundações frequentes no Nepal. Krisnhi está com Parbati, Rismani e Gauri às margens do rio Kauriala, no Nepal, onde algumas áreas estão se tornando inabitáveis devido ao risco de inundações.

CRÉDITO: Uma Bista/ ActionAid

SEÇÃO 1: A CRISE CLIMÁTICA

O planeta Terra corre o risco de um colapso iminente. Vários recordes climáticos foram quebrados em todos os meses do ano de 2025.

A crise climática tem provocado de forma mais frequente e intensa secas, ondas de calor, incêndios florestais, ciclones, inundações, deslizamentos de terra, aumento do nível do mar, desertificação, perda de fontes de água doce e quebras de safra. Esses fenômenos continuam afetando de forma desproporcional os países do Sul Global, que são justamente os que menos contribuem para as emissões globais.

Os impactos climáticos no Norte Global, onde os efeitos do aquecimento global vêm começando a ser sentidos de forma mais intensa, foram destaque nas manchetes neste ano. O verão de 2025 foi o mais quente já registrado em vários países, inclusive no Reino Unido, Espanha e Japão. Diversas e seguidas ondas de calor e recordes impactaram toda a Europa. Estima-se que o calor extremo tenha causado a morte de mais de 2.000 pessoas em 12 cidades europeias em apenas um mês. Na Suíça, o desabamento de uma geleira soterrou uma vila inteira. Na Espanha, incêndios florestais em proporções jamais vistas queimaram quase 400.000 hectares. Neste ano, em toda a Europa, agricultores vêm sofrendo com a falta de chuvas, com sérios impactos para os cultivos. Os Estados Unidos registraram 15 “desastres climáticos bilionários” no primeiro semestre deste ano, incluindo incêndios em Los Angeles. Até mesmo a região do Círculo Polar Ártico registrou períodos prolongados com temperaturas acima dos 30 °C, numa quebra de todos os recordes anteriores.

Ao mesmo tempo, secas silenciosas e devastadoras, inundações, aumento do nível do mar e nos padrões de precipitação cada vez mais imprevisíveis em todo o mundo continuam a se intensificar no Sul Global. Em toda a África, Ásia e América Latina, a crise climática vem se fazendo sentir por períodos cada vez mais longos, com o agravamento dos impactos nas vidas das pessoas. Em 2025, no entanto, uma série de eventos devastadores mal chegaram às manchetes. Porém, o fato de as mídias não terem dado destaque às mudanças climáticas em 2025 não significa que o problema tenha desaparecido.

A cobertura dada à seca que assola a África pela mídia jornalística global tem sido mínima. Praticamente ignorado pelo mundo, o Nepal também vem sofrendo com uma seca prolongada que afeta mais de 6 milhões de pessoas. Enquanto isso, fortes inundações atingiram o Paquistão e Bangladesh mais uma vez este ano. Em julho, Bangladesh já havia relatado ter ultrapassado a média anual de precipitação, com impactos em quase todos os distritos do país. Isso ocorre enquanto o país ainda se recupera das drásticas consequências trazidas pelo ciclone Remal, que o atingiu no ano anterior. A Colômbia e a Venezuela foram afetadas por condições meteorológicas severas e inundações em julho e, novamente, em agosto, o que provocou mortes em deslizamentos, transbordamento de rios

e avalanches de lama com rochas e detritos. Agosto também teve as noites mais quentes já registradas em áreas do Oriente Médio, um fenômeno que agrava os impactos do calor extremo na saúde, impedindo as pessoas de se refrescarem à noite.

A maior parte das emissões de gases do efeito estufa (GEE) acumuladas na atmosfera responsáveis pelo aquecimento do planeta foram produzidas pelos países ricos do Norte Global ao longo de um século, ou mais, de industrialização, extrativismo e colonialismo. Porém, são as comunidades dos países do Sul Global – justamente aquelas marginalizadas, que vivem na pobreza e pouco ou nada contribuíram para causar a crise climática – que sofrem de forma desproporcional os prejuízos e impactos climáticos.

Janeiro de 2024 foi confirmado como o ano mais quente já registrado, com uma média de 1,55 °C acima dos níveis pré-industriais. A comunidade científica receia que seja um sinal de que o planeta está prestes a ultrapassar o limite de aquecimento de longo prazo de 1,5 °C estabelecido pelo Acordo de Paris, em um tempo muito menor do que o esperado.

É evidente que o mundo não vem tomando as medidas necessárias para abrandar e, muito menos, frear a poluição causada por gases de efeito estufa, que coloca o planeta numa rota perigosa de uma destruição climática cada vez maior.

Os governos, especialmente os do Norte Global, que, historicamente, são os maiores causadores das emissões, continuam relutantes em responsabilizar as grandes corporações, temendo que medidas climáticas ousadas sejam usadas pelos céticos climáticos como causas da insegurança econômica.

Ainda não estão sendo postas em prática as mudanças sistêmicas necessárias para transformar a energia e agricultura em sistemas equitativos e justos para comunidades e trabalhadores, e que respeitem e protejam ecossistemas sustentáveis para as gerações futuras.

BOX 1:

AS MULHERES SÃO PARTICULAR E DESPROPORCIONALMENTE IMPACTADAS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

Verifica-se que as mulheres são 80% das pessoas deslocadas por catástrofes climáticas. As mulheres enfrentam múltiplos desafios decorrentes de normas patriarcais discriminatórias e políticas que ignoram ou discriminam questões de gênero, o que gera encargos e barreiras específicos para fazer frente às mudanças climáticas. Em todo o Sul Global, as mulheres representam quase metade da força de trabalho na agricultura, e a proporção é ainda maior na África Subsaariana, o que é um indicador da maior vulnerabilidade às alterações climáticas dos meios de subsistência e segurança alimentar das mulheres.

As mulheres são as primeiras a ficar sem comer quando há escassez de alimentos. São elas que caminham quilômetros durante as secas para buscar água para atender às necessidades da família e enfrentam os maiores riscos de morte por desidratação. São as mulheres que socorrem crianças e pessoas com deficiências quando ocorre uma enchente ou ciclone. São elas que amamentam quando a fome aflige as comunidades. As mulheres geralmente assumem responsabilidades desiguais no cuidado de suas famílias, ao mesmo tempo em que enfrentam barreiras para acessar terras, mercados, financiamento e serviços públicos. Elas tendem a apresentar níveis mais baixos de letramento por serem retiradas da escola mais cedo do que seus irmãos, tendo, assim, menos acesso a informações meteorológicas em tempo oportuno, treinamento ou orientação agrícola, além de terem menos influência nos processos de tomada de decisão para atender às suas necessidades. As mulheres que trabalham no campo têm, portanto, menos condições de investir em estratégias de resiliência às mudanças climáticas, além de ganharem menos pelos seus esforços do que agricultores do sexo masculino.

Tudo isso contribui para que as mulheres sejam as mais prejudicadas quando ocorrem desastres climáticos. Quanto maior a desigualdade econômica e de gênero, maior a disparidade entre as chances de sobrevivência de mulheres e homens.

BOX 2:

A ATUAL CRISE PROVOCADA PELA SECA NA ÁFRICA ORIENTAL IGNORADA PELO MUNDO

A seca que vem assolando a África Oriental teve início em 2020. A falta de estações chuvosas persiste em toda a região por cinco anos, situação que perdura até o presente ano de 2025.

Na Somália, mais de 3,4 milhões de pessoas ficaram expostas a elevados níveis de insegurança alimentar aguda entre julho e setembro de 2025, com cerca de 624.000 pessoas em situação de emergência por insegurança alimentar ativa e mais de 2,8 milhões de pessoas em situação de crise. Estima-se que 1,85 milhão de crianças com idades entre 6 meses e 5 anos sofram de desnutrição aguda generalizada (DAG). Isso inclui aproximadamente 421.000 crianças que provavelmente sofrerão de desnutrição aguda grave (DAG). Há relatos de aumento da insegurança alimentar, diminuição do acesso à água e pastagens e pedidos de socorro por assistência humanitária. A estação chuvosa prevista para o final deste ano também deve ficar abaixo da média.

Embora a recente estação chuvosa tenha trazido as esperadas chuvas no segundo trimestre de 2025, o Quênia ainda está se recuperando da devastação de longo prazo causada pela ausência persistente de estações chuvosas nos últimos anos. 1,8 milhão de pessoas enfrentam altos níveis de insegurança alimentar aguda, e o país sofre níveis alarmantes de desnutrição, com previsão de aumento das necessidades de assistência alimentar ao longo de 2025. Desse total, cerca de 179.000 pessoas enfrentam uma crise alimentar de emergência.

Na Etiópia, 10,2 milhões de pessoas sofrem de grave insegurança alimentar. A mortandade do gado em consequência da prolongada seca indica que o processo de recuperação será um desafio para muitos. Para complicar ainda mais a situação, as inundações no oeste e sudoeste de Shewa deslocaram comunidades, destruíram colheitas, mataram gado, causaram surtos de doenças e levaram ao aumento dos preços dos alimentos.

Referência: Relatos Internos da equipe humanitária da ActionAid, de 29 de setembro de 2025.



No ano passado, o distrito de Gwembe, no sul da Zâmbia, sofreu uma das piores secas das últimas décadas. "Os campos estavam secos e não tinha nada pra colher. Doía ver meus filhos chorando por comida, e sem ter o que fazer, sem poder alimentar minha família", diz Melvis. Desde então, Melvis recebeu treinamento para reagir a desastres, sistemas de alerta precoce e técnicas agrícolas resilientes, para que, assim, possa passar adiante os conhecimentos obtidos para sua comunidade e fortalecer sua capacidade de resiliência. CRÉDITO: ActionAid Zâmbia

Faith é uma trabalhadora agrícola do Delta do Níger, onde sua comunidade sofre com vazamentos de óleo e inundações cada vez mais frequentes. "A mandioca que plantamos apodreceu toda por causa das inundações nas nossas chácaras. Por causa do derramamento de petróleo na água, já não tem como a gente pescar, nem pegar peixe. Não estamos felizes com o que aconteceu com a gente e com a nossa terra."

CRÉDITO: Etinosa Yvonne/ ActionAid

SEÇÃO 2: TRANSIÇÕES JUSTAS PARA MUDAR O SISTEMA

É alarmante o fato de estarmos nos aproximando do limite de 1,5 °C do aquecimento, estabelecido como meta no Acordo de Paris em 2015. Isso é um sinal claro de que as medidas adotadas contra as mudanças climáticas foram, e continuam sendo, muito aquém do necessário. A janela de oportunidade para atingir essa meta de limitar o aquecimento global vem se fechando rapidamente.

A despeito da iminente crise climática, as duas indústrias que mais respondem pelas mudanças climáticas, a saber, a dos combustíveis fósseis e da agricultura industrializada, continuam a seguir um processo incessante de expansão. Embora a maioria dos governos reitere seu compromisso de enfrentamento da crise climática, a maioria continua a apoiar de maneira maciça e desproporcional os setores de combustíveis fósseis e agronegócio na forma de políticas governamentais e subsídios públicos.

NÃO AOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, SIM AOS RENOVÁVEIS

Há um consenso entre as comunidades científica e política mundiais de que o abandono dos combustíveis fósseis e o aumento do uso de energias renováveis deve estar no centro dos esforços mundiais para evitar uma catástrofe planetária. A queima do gás responde atualmente por mais de 75% das emissões de gases do efeito estufa (GHGs), o que faz com que o setor seja o maior responsável pelas mudanças climáticas. A queima de todo o carvão, petróleo e gás das reservas fósseis atualmente em produção geraria emissões que elevariam o aquecimento global para muito além dos 1,5 °C. De fato, o último relatório sobre a lacuna de produção em 2025 revela que os governos ainda planejam produzir mais do que o dobro do volume de combustíveis fósseis em 2030 do que seria consistente com o limite estabelecido no Acordo de Paris.

Isso significa que não só se deve frear a expansão de novas reservas de combustíveis fósseis, mas, para que se evite uma ruptura climática descontrolada, a produção de combustíveis fósseis deve ser eliminada de forma equitativa, com redução da demanda energética dos países ricos e aumento do uso das energias renováveis – particularmente as descentralizadas e de pequena escala. As energias renováveis têm potencial para ir muito além do próprio histórico da indústria de combustíveis fósseis nessas áreas. A Nigéria, por exemplo, é um dos maiores produtores de petróleo e gás da África, mas não consegue suprir a demanda por eletricidade de 43% da sua população. Esses processos devem, portanto, ser postos em prática com estratégias que atendam às necessidades básicas de energia, aumentem a eficiência energética e reduzam seu desperdício.

i. O gás natural liquefeito, ou GNL, é frequentemente promovido como um combustível de baixo carbono ou uma transição necessária, com base em comparações com outras fontes de emissões de carbono, como o carvão. No entanto, o GNL contribui significativamente para o aquecimento global devido à sua fonte significativa e subestimada de metano. Apesar de sua vida útil atmosférica mais curta, o metano pode ser 84 vezes mais potente que o dióxido de carbono em uma escala de 20 anos. No entanto, o lobby e a publicidade sustentados pela indústria de combustíveis fósseis conseguiram posicionar o gás natural como uma solução energética limpa e ecológica. Como resultado, espera-se que o fornecimento global de GNL cresça em seu ritmo mais rápido desde 2019 até 2026, conforme relatado pela Agência Internacional de Energia (AIE).

É possível suprir 100% das necessidades energéticas mundiais por meio do uso exclusivo das tecnologias de energia renovável atualmente disponíveis. E ainda que se leve em conta o crescimento projetado da demanda de energia do Sul Global nas próximas décadas para combater a pobreza energética, o mundo tem um potencial de energia renovável significativamente maior do que o necessário para fornecimento de 100% do acesso global à energia até 2050. A abundância de luz solar no Hemisfério Sul indica seu excelente posicionamento para fins de aproveitamento de energia solar e enfrentamento da pobreza energética, o que demanda uma cobertura de terra relativamente menor para o atendimento de suas necessidades, se compararmos às demandas muito maiores de terra e infraestrutura para extração de combustíveis fósseis.

Felizmente, a energia renovável descentralizada e em pequena escala, por sua própria natureza, presta-se a uma abordagem democrática que atende às necessidades das comunidades ao mesmo tempo em que protege seus direitos de tomada de decisões acerca do uso de suas próprias terras. Painéis solares em telhados, parques eólicos de pequena escala e microgeradores hidrelétricos permitem que a energia seja gerada, controlada, usada e até vendida por comunidades, cooperativas e mesmo famílias de forma individualizada.

Em um mundo em aquecimento, a energia renovável pode também contribuir muito para estratégias de adaptação, como irrigação, processamento e armazenamento de alimentos, transporte e refrigeração. Em comunidades que ainda dependem da lenha para cozinhar os alimentos, o acesso à energia renovável pode ajudar a evitar a exploração excessiva dos ecossistemas florestais, o que, por sua vez, gera desequilíbrio nos padrões locais de precipitação, causando risco de deslizamentos de terra em comunidades localizadas em áreas montanhosas.

Os argumentos a favor das energias renováveis não se baseiam apenas no clima, no acesso à energia e nos direitos humanos, mas também em razões de cunho econômico. 91% dos novos projetos de energias renováveis são atualmente mais baratos do que as alternativas baseadas em combustíveis fósseis. Na verdade, não há, hoje, mais nenhum argumento comercial válido que justifique a expansão do uso de combustíveis fósseis.

No entanto, a expansão das energias renováveis não está livre de potenciais riscos para as comunidades envolvidas na crescente demanda por metais e minerais. O setor de minerais e mineração é marcado por violações dos direitos humanos, profundas desigualdades e danos ambientais. A transição energética dos combustíveis fósseis para as energias renováveis deve evitar a mera transferência da injustiça e exploração de um tipo de mineração extrativa para outro. Regulamentações compulsórias e rigorosas para garantia do cumprimento das leis trabalhistas e ambientais na mineração devem, portanto, ser parte integrante da visão das energias renováveis.

A AGRICULTURA INDUSTRIAL NA BERLINDA: FERTILIZANTES FÓSSEIS, FAZENDAS INDUSTRIAIS E DESTRUIÇÃO FLORESTAL

A agricultura e o setor fundiário são responsáveis por até 21% das emissões globais, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas (ONU), o que o torna o segundo setor mais poluente, depois dos combustíveis fósseis. Por outro lado, o setor agrícola não é apenas o mais vulnerável aos impactos das mudanças climáticas, mas também fornece **meios de subsistência para um quarto da população mundial**. Por essa razão, tem havido um aumento do reconhecimento da necessidade urgente de transformar a agricultura e os sistemas alimentares para enfrentamento da crise climática e, ao mesmo tempo, atendimento das necessidades alimentares e de subsistência do mundo.

Na verdade, é especificamente a agricultura industrializada em grande escala — controlada pelas empresas do agronegócio, que lucram com quase todas as etapas do processo — a principal responsável pelas mudanças climáticas e pela destruição dos meios de subsistência e renda em áreas rurais.

No entanto, o reconhecimento público do peso da agricultura industrial no agravamento das alterações climáticas é muito menor do que o dos combustíveis fósseis.

A agricultura industrializada é marcada por práticas que incluem monoculturas em grande escala de variedades únicas de cultivos que ocupam centenas de hectares, muitas vezes expandindo-se agressivamente para novas terras e ecossistemas e deslocando comunidades locais e indígenas; o foco em culturas comerciais destinadas à exportação; aplicação generalizada de fertilizantes agroquímicos, pesticidas e herbicidas, que muitas vezes

prejudicam os ecossistemas e a saúde humana; sementes híbridas ou geneticamente modificadas vendidas por empresas e que precisam ser compradas a cada ano; pecuária industrializada e agricultura mecanizada. Muitas dessas características são, na verdade, fatores que aumentam as emissões agrícolas.

A agricultura industrial apresenta forte dependência da queima de combustíveis fósseis para produção de fertilizantes nitrogenados sintéticos («fertilizantes fósseis») e outros agroquímicos. Os fertilizantes fósseis não causam emissões apenas ao serem produzidos, mas também quando aplicados aos solos, liberando emissões de óxido nitroso (N₂O), que tem um efeito de aquecimento 310 vezes superior ao do CO₂. Os fertilizantes também degradam o carbono estável do solo em CO₂ e matam os fungos benéficos que proporcionam fertilidade natural ao solo.

A agricultura industrializada também tem forte correlação com altas taxas de desmatamento e destruição da biodiversidade. A procura por *commodities*, como soja, carne bovina e óleo de palma estimula as já elevadas taxas de expansão agressiva de terras agrícolas em ecossistemas preciosos dos quais nosso planeta depende para a estabilidade climática. Na verdade, descobriu-se que 90% do desmatamento em todo o mundo é causado pela expansão agrícola. Nesse cenário, a expansão das fronteiras agrícolas responde por 49,6% e 38,46%, devido à criação de novas áreas de pastagem.

O desmatamento para a criação de áreas de pasto para o gado não é o único problema criado pela pecuária para o clima. Mais da metade da produção mundial de milho e a maior parte da produção de soja é destinada à alimentação de bilhões de cabeças de gado, suíno, frango, além de outros víveres, geralmente criados nas chamadas “fábricas de animais”. Nessas fazendas industriais, milhares de animais são mantidos em condições de confinamento, superlotação, muitas vezes, cruéis, mal conseguindo se mover e recebendo altas doses de antibióticos. Estima-se que, em todo o mundo, três quartos do gado seja criado em fazendas industriais, e o crescimento dessa população global vem provocando o aumento das emissões de metano no planeta.

As emissões totais da cadeia de abastecimento de fertilizantes nitrogenados sintéticos, o desmatamento associado à produção industrial de *commodities*, inclusive gado, bem como a produção pecuária intensiva respondem pela maior parte das emissões relacionadas à agricultura. Quando somadas, elas tornam a agricultura industrial a segunda maior fonte de emissões globais de GEE.

Ao mesmo tempo em que acelera a crise climática, a agricultura industrializada é particularmente vulnerável aos seus impactos. A cada ano, com o aumento constante e imprevisível dos padrões de precipitação, secas, inundações, deslizamentos de terra, ciclones e elevação do nível do mar, a agricultura se tornou o setor mais vulnerável a esses impactos. A agricultura industrializada é particularmente suscetível a temperaturas extremas e padrões climáticos imprevisíveis, por várias razões. A degradação da qualidade do solo reduz a sua capacidade de absorção e retenção da água. Isso o torna mais propenso a secar rapidamente durante períodos de baixa precipitação ou altas temperaturas, reduzindo a disponibilidade de água necessária para uma boa produção.

HISTÓRIA 1

A AGRICULTURA INDUSTRIAL NO FOCO DAS ATENÇÕES COM A CHEGADA DA COP30 NA AMAZÔNIA

As negociações climáticas da COP30 da ONU ocorrerão em novembro de 2025 na cidade de Belém, na foz do Rio Amazonas, no Brasil. Mas o icônico ecossistema amazônico, o maior do mundo, lar de 10% das espécies conhecidas e os “pulmões do Planeta Terra”, está sob ataque do agronegócio.

Ao longo de gerações, uma comunidade que vive próximo a Timbiras, no Maranhão, que faz parte da Amazônia legal, retira seu sustento do coco babaçu, um tipo de palmeira que cresce naturalmente na floresta e produz óleo e fibras amplamente utilizados na alimentação, na indústria e em cosméticos. “O coco babaçu é nossa segunda mãe, porque nos dá tudo”, diz uma quebradeira de coco que preferiu não se identificar.

Com o avanço do desmatamento, aumenta a pressão sobre a comunidade por parte de agricultores, empresários e políticos para que abandonem seu território na floresta e deem lugar à expansão da agricultura industrial. “Eles querem nos expulsar para plantar milho, soja ou criar gado. Eles só querem se apropriar desta terra”, afirma uma segunda quebradeira de coco babaçu que preferiu não se identificar.

A agricultura é o principal fator responsável pelo desmatamento no Brasil, respondendo por mais de 97% da perda de vegetação nativa entre 2019 e 2023.¹ Em 2022 (o ano mais recente para o qual existem dados disponíveis), verificou-se que a gigante da agricultura industrial Cargill, uma das maiores distribuidoras mundiais de soja, desmatou 55.131 hectares com a expansão da soja no Brasil, causando emissões de gases de efeito estufa equivalentes a mais de 10 milhões de toneladas de CO₂.² Bunge, a gigante do setor de *commodities*, está associada ao desmatamento de 77.766 hectares de soja e a emissão de 10,3 milhões de toneladas de CO₂-eq.³ A produção de carne bovina no Brasil é uma causa ainda mais importante de desmatamento. Em 2020 (o ano mais recente para o qual há dados disponíveis), 1,38 milhão de hectares de vegetação nativa em todo o país foram desmatados.⁴

Depois de recusar a “oferta” de continuar a ocupar somente alguns hectares de seu território original, a comunidade enfrentou intimidações. “Nos sentimos muito ameaçados. Falaram que a gente ia ter que sair sem nada”, relata um deles.

Pouco depois, aviões e *drones* começaram a pulverizar pesticidas sobre a comunidade, crianças, casas, plantações, fontes d’água, árvores de babaçu e áreas florestais. Em seguida, os membros da comunidade começaram a sentir dores de cabeça, náuseas, dores de estômago, tonturas e erupções cutâneas. Os ataques com pesticidas vêm ocorrendo de forma sistemática há pelo menos três anos como método para deslocar comunidades tradicionais e destruir árvores nativas, como o babaçu. Agricultores familiares que produzem alimentos em pequena escala para consumo local relataram perdas de 50 a 70% na produtividade. Os pesticidas afetam a qualidade da água de pelo menos 120 famílias na área.

Em outubro de 2024, após anos de resistência e campanhas da comunidade, o município finalmente proibiu a pulverização de pesticidas por avião ou *drones*. No entanto, a impunidade e a falta de fiscalização fazem com que a pulverização de pesticidas prossiga. Enquanto isso, o desmatamento ilegal e a exploração madeireira continuam a destruir a floresta.



Vista aérea da casa de família de uma quebradeira de coco babaçu e da floresta, sob a ameaça da expansão agrícola em Timbiras, no Maranhão.
CRÉDITO: Ruy Sposati/ ActionAid

AGROECOLOGIA: UM SOLO FÉRTIL PARA SOLUÇÕES CLIMÁTICAS

Felizmente, existem alternativas aos múltiplos danos provocados pelo agronegócio industrial. A agroecologia tem recebido cada vez mais reconhecimento como uma das estratégias com maior potencial para enfrentamento das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que proporciona múltiplos benefícios socioeconômicos e ambientais. Tal abordagem tem sido reconhecida por relatórios de especialistas globais, inclusive pelo 6º Relatório de Avaliação do IPCC, Relatório Especial do IPCC sobre Mudanças Climáticas e Terra, Comitê sobre Segurança Alimentar Mundial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), além de muitos outros.

Agroecologia implica trabalhar com - e não contra - a natureza. A agroecologia utiliza materiais naturais, diversas variedades de culturas e sementes adaptadas localmente, conhecimentos locais e do comportamento e funções naturais de plantas, aves, insetos e micróbios, em lugar de sementes e insumos químicos adquiridos todos os anos de empresas. Essa abordagem se adequa perfeitamente às necessidades de pequenos agricultores, especialmente mulheres e jovens, que geralmente não têm recursos financeiros ou acesso a financiamento para investir em insumos agrícolas caros, mas que constituem a maioria dos agricultores que praticam a agricultura e alimentam pessoas em todo o planeta.

Longe de significar abrir mão ou perder produtividade e receitas, as práticas agroecológicas trazem resultados impressionantes para os agricultores, e não só oferecem uma estratégia de mitigação eficaz, mas também importantes benefícios de adaptação, que se tornam mais evidentes quando ocorrem impactos climáticos.

Ademais, a agroecologia merece amplo reconhecimento pelo seu potencial de criação de postos de trabalho, além da proteção dada a “empregos verdes e justos” para milhões de pessoas. Enquanto, por um lado, grandes plantações agrícolas industriais mecanizadas que ocupam centenas de hectares oferecem poucos empregos, por outro, a agroecologia garante mais empregos e meios de subsistência por hectare de terra, além de impulsionar uma economia local mais próspera e equitativa.

Dadas as elevadas e desproporcionais emissões associadas à pecuária industrial e o elevado consumo *per capita* de carne proveniente da pecuária industrial, especialmente no Norte Global, tem havido também um apelo crescente em prol do consumo de “menos carne e de melhor qualidade” como estratégia climática.

De fato, a criação de gado pode ser melhorada, com baixo impacto climático se ocorrer como parte de sistemas agrícolas mistos, pequenas propriedades ou sistemas pastorais. Regiões com altas taxas de consumo de carne por pessoa, normalmente países do Norte Global, também apresentam um enorme potencial de redução de consumo de carne.

O norte do Quênia vem sofrendo nos últimos anos com secas prolongadas e enchentes repentinas. A resiliência aos impactos climáticos proporcionada pelos métodos de agricultura agroecológica ajudou Rael e as agricultoras de seu grupo de mulheres em Komolion, Baringo, a garantir segurança alimentar e renda.

Em um tempo marcado por chuvas reduzidas e altas temperaturas, os solos cultivados agroecologicamente demoram muito mais para secar do que os tratados com agroquímicos. Essa retenção de água prolonga a estação de cultivo e resulta em um melhor aproveitamento do que o obtido por cultivos convencionais. A diversidade de culturas e sementes característica dos sistemas agrícolas agroecológicos também ajuda os agricultores a distribuir os riscos, reduzindo as chances de terem colheitas inteiras, além de toda a renda sazonal, destruídas por secas, inundações, pragas ou doenças.

CRÉDITO: Moses Thurania/ ActionAid



TRANSIÇÃO JUSTA: AÇÃO CLIMÁTICA 2.0

A ciência é clara. Os compromissos políticos globais são claros. Os apelos das comunidades na linha de frente são claros. Porém, a escala e a velocidade das ações climáticas postas em prática ainda estão muito aquém do necessário para colocar o planeta na rota de um futuro seguro. De fato, a insegurança econômica, o ceticismo climático e o *greenwashing* desenfreado vêm condicionando cada vez mais o cenário político quando se trata de ações climáticas.

Em muitas partes do mundo, trabalhadores, agricultores e membros da comunidade, que já tinham bons motivos para se preocupar com as mudanças climáticas, estão ainda mais tensos com o risco de destruição de seus meios de subsistência, sua segurança alimentar ou seu acesso à terra e à energia posto pela lógica restrita de contagem de carbono e pelas políticas climáticas, que são impostas de cima para baixo. Os trabalhadores dos setores de combustíveis fósseis e da agricultura industrial encontram-se na defensiva, sentindo-se demonizados e culpados pela crise climática. Porém, a maioria deles está sobrecarregada, pressionada, explorada e, muitas vezes, presa num beco sem saída. Muitos temem que as ações climáticas aumentem seus fardos, já impossíveis de suportar, ou lhes privem completamente de seus meios de subsistência.

Essas preocupações podem aumentar a resistência local e política às ações climáticas. Cada vez mais, tais preocupações também vêm sendo cinicamente exploradas por atores que buscam polarizar o debate e aumentar o ceticismo climático. As abordagens para a ação climática devem, portanto, colocar em primeiro plano os interesses legítimos das pessoas acerca de seus meios de subsistência precários, custo de vida e, é claro, seus direitos humanos à terra, à água e à segurança.

Portanto, é chegada a hora de a ação climática aprender com seus próprios sucessos e fracassos, atualizar-se e evoluir para um processo centrado nas pessoas e orientado por uma transição justa. Em outras palavras, é hora de a “Ação Climática 2.0” desbloquear, liberar e acelerar as transformações climáticas.

As abordagens baseadas na transição justa conferem um papel central às pessoas, garantindo que as mais afetadas pelas mudanças climáticas e econômicas não sejam deixadas para trás, mas sim empoderadas e apoiadas.

O que permite que as transições justas ofereçam proteções, oportunidades e benefícios claros para trabalhadores, comunidades, mulheres, jovens, povos indígenas e todos os grupos marginalizados são as medidas e estruturas de apoio inclusivas e participativas impulsionadas pelos interesses das pessoas cujas vidas e meios de subsistência estão na linha de frente, tanto da crise climática quanto das ações climáticas necessárias. Por garantir que tanto os processos quanto os resultados sejam justos, a transição justa constitui o “como” ou a forma como a ação climática se dá.

Uma transição justa é, assim, a base fundamental para uma ação climática eficaz e duradoura.

Por outro lado, as ações climáticas que ignoram a desigualdade, deslocam comunidades ou aprofundam as injustiças existentes estão fadadas ao fracasso. Não logram obter apoio ou assegurar justiça climática, além de não conseguirem enfrentar a crise climática em sua magnitude.

O conceito de “transição justa” foi inicialmente desenvolvido por sindicatos de trabalhadores que reconheceram que o mundo precisava fazer a transição das indústrias de combustíveis fósseis e produtos químicos perigosos, mas queriam ao mesmo tempo proteger a estabilidade e segurança laboral dos trabalhadores e o bem-estar da comunidade frente aos fechamentos dos setores envolvidos. Os sindicatos, então, desenvolveram um formato que exige diálogo social com os governos, inclusão nos processos de planejamento regional e nacional e apoio governamental para permitir que os trabalhadores se beneficiem das transições climáticas, em vez de terem prejuízos, criando e apoiando caminhos para economias diversificadas e oportunidades alternativas de bons empregos.

No entanto, décadas após o desenvolvimento do conceito, o que se verifica são que os planos e estratégias para a transição muitas vezes carecem de proteções suficientes para os direitos dos trabalhadores e das comunidades. Isso contribui para um sentimento de ceticismo em relação às promessas vagas de manutenção de empregos, requalificação e apoio. Os trabalhadores têm razão em se preocupar com o declínio de indústrias e a rápida mudança de setores, que avançam sem oferecer apoio para a transição das oportunidades de trabalho. É compreensível que os sindicatos estejam preocupados e questionem se a transição irá realmente levar a novos empregos ou a melhores condições de trabalho, manter o reconhecimento sindical, as condições de saúde e segurança e aposentadorias

justas. Pôr em prática uma transição justa, real e ampla permite integrar o papel dos trabalhadores e suas demandas em toda a concepção e implementação de políticas. Como tal, a Confederação Sindical Internacional (CSI) enfatizou a necessidade de referir e salvaguardar os direitos trabalhistas, inclusive a liberdade de associação, a negociação coletiva, o diálogo social e a saúde e segurança ocupacional, conforme estabelecido pela OIT.

Hoje, o movimento sindical continua a assumir um protagonismo de vanguarda, à frente dos chamados nacionais e globais para que os governos promovam transições justas. Porém, houve um aumento do escopo da transição justa para além das necessidades dos trabalhadores do setor dos combustíveis fósseis, passando a abranger, também, todos os atores relevantes, a saber, mulheres, agricultores, comunidade, jovens, povos indígenas, trabalhadores sazonais, todos passíveis de sofrer graves prejuízos em decorrência de ações climáticas injustas ou simplesmente malfeitas, além de serem impostas de cima para baixo. Hoje, os movimentos climáticos juvenis e pelos direitos das mulheres juntaram-se a este movimento reivindicatório, com o entendimento de que abordagens sistemáticas de transição justa são essenciais para garantir justiça climática.

Ao se distanciar de indústrias prejudiciais para o clima, as transições justas podem criar mais postos de trabalho digno em **oportunidades de emprego verdes e justas**, sobretudo para mulheres, jovens e grupos marginalizados. Como exemplo, podemos citar a adoção de práticas sustentáveis nos setores de energia, transportes e construção civil, o que poderia criar um número muito maior de oportunidades de trabalho digno do que os que podem ser perdidos na transição das indústrias intensivas em carbono.

As estratégias voltadas para os setores da economia e da educação devem ter como norte a criação de empregos verdes e justos que contribuam para o bem-estar das pessoas e do planeta — principalmente dos que produzem ou utilizam bens e serviços benéficos ao meio ambiente, bem como funções de assistência e trabalho social que são inerentemente de baixo carbono ou carbono neutro. Os empregos verdes não devem ser definidos principalmente por setor, conjunto de habilidades ou métricas restritas de carbono, mas por sua capacidade de redistribuir poder e assistência, restaurar a dignidade e se contrapor a abordagens extrativistas.

Funções essenciais, como as relacionadas aos cuidados, à agricultura agroecológica ou ao setor informal, podem hoje não fazer parte das narrativas dominantes sobre “crescimento verde”, vez que são calcadas em pressupostos relacionados com o PIB. No entanto, devem ser reconhecidas e integradas em estratégias de transição justa, uma vez que criam postos de trabalho digno, melhoram o bem-estar das comunidades envolvidas e impulsionam economias locais,

Porém, à medida que o termo “transição justa” ganha força no debate público e na mídia convencional, interesses particulares – especialmente por parte de empresas de combustíveis fósseis e defensores do livre mercado – vêm tentando cooptar seu uso, enfraquecendo o termo para enfatizar as oportunidades de negócios de uma economia verde, enquanto mantêm seu *status quo*. As indústrias de combustíveis fósseis e do agronegócio são especialistas nisso. Podemos citar os exemplos da Shell e da Exxon, que afirmam em seus sites que apoiam uma Transição Justa, ao mesmo tempo em que seguem investindo na expansão da infraestrutura de combustíveis fósseis, ignorando seus impactos nocivos para as comunidades, o meio ambiente e o clima.⁴⁰ De forma semelhante, instituições financeiras privadas também adotaram a expressão “financiamento da transição” como um meio de direcionar os fluxos financeiros para a transição.



No entanto, faltam responsabilidade, transparência e normas robustas, o que é um indício de que o dinheiro está indo para empresas que estão longe de fazer a transição.⁴¹

Apesar dos esforços para enfraquecer o significado de “transição justa” – ou talvez por causa deles –, é fundamental seguirmos exercendo pressão em prol de uma transição justa baseada em transformações reais e sistêmicas, ancoradas nos direitos humanos e que coloquem as pessoas no centro dos debates. Transições verdadeiramente justas são descolonizadoras e antirracistas, se opõem a modelos extrativistas e orientados para o mercado e, ao invés disso, buscam um enfoque nos direitos, necessidades e vozes de trabalhadores, comunidades e grupos que estão na linha de frente – especialmente no Sul Global. Isso implica desafiar a captura corporativa, evitar a replicação de dependências coloniais e redistribuir valor e poder nas cadeias de abastecimento globais.

À medida que interesses particulares tentam cooptar a linguagem da transição justa para manter o *status quo*, devemos manter a clareza: uma transição verdadeiramente justa deve transformar nossos sistemas de geração de alimentos e energia, desvinculando-os de indústrias poluentes e nocivas e caminhando para soluções reais e inclusivas, ancoradas na justiça, equidade e dignidade para todos. Devemos falar em alto e bom som: exigimos que todas as ações climáticas sejam reais, justas e transformadoras.

CAIXA 3: AS TRANSIÇÕES JUSTAS SÃO FEMINISTAS

As mulheres são desproporcionalmente afetadas pela insegurança alimentar e hídrica, conflitos, deslocamentos, violência de gênero e trabalho não remunerado. Todos esses males são agravados pelas mudanças climáticas. No entanto, no âmbito das comunidades, as dinâmicas de poder interseccionais podem deixar de fora ou silenciar as vozes e pontos de vista das mulheres, a despeito de elas possuírem a experiência, o conhecimento e desempenharem os papéis necessários para a mitigação das mudanças climáticas, a adaptação e a redução do risco de desastres. Além disso, a participação das mulheres na tomada de decisões viabiliza soluções climáticas mais eficazes. Ademais, o peso desproporcional assumido em papéis voltados aos cuidados, que muitas vezes recai sobre as mulheres e meninas, as deixam exaustas, e as impedem de realizar atividades produtivas, como a agricultura e educação. O atual sistema econômico baseado na produção e no lucro indiscriminados não só segue alimentado a crise climática, mas também subestima completamente o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres e meninas e seu papel na sociedade e na economia.

Transições justas garantem, assim, que as intervenções climáticas contem com planos e abordagens específicas e abrangentes para a inclusão de gênero e das vozes e necessidades das mulheres, como parte integrante da ação climática. Uma transição justa assegura a participação das mulheres desde o início, inclusive nos processos de concepção e tomada de decisão. O foco das transições justas se encontra nas necessidades das pessoas, inclusive mulheres e meninas, além de oferecer alternativas conduzidas localmente, e que são justas e equitativas para todos, beneficiando diretamente as mulheres por meio da redução de sua carga de trabalho não remunerado. Uma transição justa está alinhada com o reconhecimento, a redução, a redistribuição e a representação do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. A transição justa reconhece o papel fundamental das mulheres e meninas no trabalho remunerado e não remunerado de cuidados, com a priorização de redes de segurança, oferecendo proteção social que apoia as mulheres na transição para novas oportunidades.

As transições justas apoiam as mulheres na mudança para novas oportunidades e alternativas de meios de sustento por meio de iniciativas locais, treinamento, educação e desenvolvimento de habilidades. Uma transição justa cria oportunidades de emprego verdes e justas com estratégias econômicas e educacionais que contribuem para o bem-estar das pessoas e do planeta, inclusive trabalhos voltados aos cuidados e serviço social, que são inerentemente de baixo carbono ou carbono neutro. Como tais, os empregos verdes são reconhecidos por sua capacidade de redistribuir poder e assistência, restaurar a dignidade e resistir a abordagens extrativistas.

4 PRINCÍPIOS DA TRANSIÇÃO JUSTA

A ActionAid baseou-se na liderança e experiência dos sindicatos no desenvolvimento do conceito de transição justa, e contribuiu para sua aplicação aos setores da agricultura (2019) e extrativismo (2020) por meio da identificação e publicação dos princípios fundamentais para norteamento das ações. Em que pese os contextos específicos de cada setor, consideramos que esses princípios fundamentais podem ser aplicados a todos os setores, definindo tanto o processo (o *COMO*) quanto o resultado (o *O QUÊ*) para garantir que ambos sejam intrinsecamente justos.

PROCESSO

1. GARANTIR PROCESSOS PARTICIPATIVOS E INCLUSIVOS

Participação significa levar em conta perspectivas, conhecimentos e interesses desde o início e elaborar planos abrangentes centrados nas necessidades e nos direitos de todas as pessoas. Para alcançarem sucesso, as transições climáticas devem abordar as desigualdades de poder e dar às comunidades e aos trabalhadores um lugar à mesa onde possam participar — e não apenas ser consultados superficialmente — das políticas e atividades de transição.

A falta de inclusão desde o início significa que as transições poderão beneficiar apenas as elites, ignorando e até mesmo prejudicando mulheres e meninas, jovens, os trabalhadores mais pobres e as comunidades mais marginalizadas.

Os processos inclusivos exigem a adoção de estratégias intencionais que abordem as disparidades de poder e criem ambientes acolhedores, onde as pessoas se sintam confiantes para participar. Partes interessadas distintas apresentam também distinções nos conjuntos de competências que possuem, nas formas de expor opiniões, níveis de letramento e de confiança ao se expressarem. Ao dar às comunidades uma oportunidade de moldar o seu próprio futuro de uma forma que as beneficie, os processos de planejamento inclusivos evitam o risco de mudanças impostas de cima para baixo que reforçam a desigualdade.

Sindicatos e organizações da sociedade civil podem dar um apoio fundamental a trabalhadores, agricultores, mulheres, jovens e suas comunidades para que possam se organizar, aumentar o nível de confiança e apresentar seus pontos de vista nos principais processos de planejamento e formulação de políticas. Devem ser realizadas avaliações de impacto sensíveis às questões de gênero nos âmbitos regional e nacional, quando couber, para que se compreenda os impactos das alterações climáticas e de suas políticas nos respectivos setores, com a análise de uma série de fatores, inclusive a perda de empregos, o potencial gerado e as competências necessárias.

→ **Na prática**, isso requer que os governos realizem processos de planejamento inclusivos e participativos com comunidades locais, sindicatos, trabalhadores, mulheres, jovens, agricultores, povos indígenas e outros grupos potencialmente afetados. Os métodos participativos podem envolver exercícios coletivos de mapeamento das características, relações e dinâmicas de um território específico, entrevistas, grupos focais e audiências públicas com linguagem socialmente adequada, bem como avaliações de impacto baseadas na comunidade, acordos de benefícios em torno da partilha de receitas ou oportunidades de emprego, entre outros.

Devem ser envidados esforços específicos voltados para a identificação, inclusão e capacitação das partes interessadas que podem não fazer parte de grupos organizados ou representados, como, por exemplo, trabalhadores sazonais, mulheres, jovens, atores envolvidos na transformação, comercialização e indústrias secundárias, além de membros da comunidade em geral, que provavelmente serão afetados pelas mudanças locais. Também é fundamental implementar medidas que abordem as dinâmicas de poder interseccionais existentes nas comunidades, a fim de evitar a exclusão ou marginalização de certas vozes e pontos de vista.

Para além da realização de consultas superficiais que apenas cumprem formalidades, esses processos devem ser relevantes e influir efetivamente na definição de políticas e práticas, abordando interesses reais e gerando resultados concretos.

Os processos devem também respeitar e fortalecer o princípio do consentimento livre, prévio e informado, bem como os direitos consagrados na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP)⁵¹, além da Convenção 169⁵² da OIT sobre os direitos dos povos indígenas e tribais.

2. DESENVOLVER PLANOS E CONJUNTOS DE POLÍTICAS ABRANGENTES

São necessários planos e conjunto de políticas abrangentes como suporte à transição e proteção das pessoas. Não será possível dar a velocidade, escala e concretude necessárias às transformações climáticas sem contar com uma liderança pública forte. Uma transição justa requer uma intervenção proativa do governo no setor em âmbito regional ou local por meio de ações de regulamentação e supervisão. Deve também responder adequadamente às necessidades das comunidades afetadas, permitindo sua participação ativa em economias que beneficiem o clima.

Intervenções climáticas, pequenas ou grandes, podem causar mudanças significativas no mundo do trabalho. As abordagens de transição justa são, portanto, essenciais para a proteção e reestruturação de economias regionais ou nacionais. Segundo estimativas da OIT, políticas de mitigação climática podem provocar a perda de até 6 milhões de empregos em todo o mundo, principalmente em setores intensivos em carbono, na indústria, transporte e agricultura.⁵³ Por outro lado, a adoção de práticas sustentáveis que incluem mudanças nos setores de energia, transporte e construção pode criar cerca de 24 milhões de empregos, com um aumento líquido de aproximadamente 18 milhões de empregos em todo o mundo. No entanto, os prazos, geografias e competências relacionadas com a perda e a criação de empregos podem não coincidir. Por isso, os governos terão de desenvolver planos e conjunto de políticas claros, bem como orçamentos, que permitam a trabalhadores acesso a programas de requalificação, aperfeiçoamento profissional e formação sensíveis às questões de gênero, bem como à diversificação dos seus meios de sustento.

Ademais, políticas centradas no trabalho devem integrar diferentes estratégias, políticas e serviços públicos. A necessidade de uma abordagem abrangente de transição justa será maior em regiões e comunidades de baixa renda, onde as pessoas podem não ter acesso a informações ou a ações de treinamento, ou nem mesmo tempo para se dedicarem ao desenvolvimento de habilidades e à busca por emprego. Dessa forma, proteção social universal e serviços públicos de qualidade serão fundamentais para o modelo de justiça com foco na transição justa. Não há meio mais eficaz de melhorar a equidade e alcançar até mesmo as pessoas mais excluídas do que investimentos abrangentes em serviços públicos de qualidade. Os investimentos devem fortalecer os sistemas de proteção social, aumentar a oferta de oportunidades na educação e saúde públicas universais, a requalificação profissional e diversificação econômica, bem como expandir o setor público e o controle democrático de setores-chave, inclusive os de energia e transporte.

Deve-se, também, se possível, prever e mitigar os impactos da crise climática, ou aborda-los de forma a dar suporte às pessoas por meio da proteção e diversificação de seus rendimentos, assim como assumir os riscos necessários envolvidos nos processos de inovação e incentivo de práticas, investimentos e decisões sustentáveis.⁵⁴ Alguns instrumentos políticos fundamentais incluem a proteção contra o desemprego, proteção social na área da saúde, aposentadorias, programas de emprego público, complemento e transferências de renda, programas de formação ou mesmo apoio à aposentadoria antecipada.

→ **Na prática**, isso envolve a formulação de planos, políticas e orçamentos nacionais com foco na transição justa, que permitam às comunidades diversificar suas economias e aos trabalhadores fazer uma transição segura para empregos verdes e justos, inclusive em novos setores e formas de sustento. Aspectos específicos incluem formação sensível às questões de gênero, acesso, ao longo da vida, à educação, requalificação, melhoria das competências e apoio à extensão. Os jovens devem ter acesso aos programas de educação e formação necessários para poderem ser contratados ou iniciar suas carreiras em setores verdes e justos.

Devem ser planejadas medidas concretas de proteção social para mitigação ou prevenção de impactos adversos, tais como suplemento e transferências de renda e redes de segurança universais para que trabalhadores e comunidades possam superar e sobreviver a períodos de diminuição de renda. Os serviços públicos devem ser desenvolvidos e fortalecidos em todos os níveis, seja por meio da oferta de serviços de educação, saúde, assistência, extensão agrícola e transporte, seja por meio da propriedade pública de setores-chave, como o de energia, bem como o uso de compras públicas para criar demanda e elevar padrões de consumo.

Normas ambientais e sociais devem regular o poder e os danos causados pelas empresas, e os recursos públicos devem ser investidos em soluções climáticas centradas nas pessoas. Quaisquer novos conjuntos de políticas que exijam a cooperação do setor empresarial devem fazer referência explícita a padrões internacionais de diligência devida (*due diligence*), conforme estabelecido nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs) e nas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais. Isso inclui os requisitos para a devida diligência substantiva em matéria de direitos humanos e meio ambiente (HREDD) e a não dependência exclusiva de processos de certificação capitaneados pela indústria. Devem ser respeitados os direitos internacionalmente reconhecidos, em especial o direito dos Povos Indígenas à autodeterminação, que inclui o direito de dar ou negar Consentimento Livre, Prévio e Informado a projetos em suas terras. Isso terá uma importância especial no setor de mineração e em qualquer nova legislação relacionada às cadeias de abastecimento de materiais críticos ou de transição. Os países ricos do Norte Global também devem contribuir com sua cota justa do financiamento climático em doações voltadas para facilitar e ampliar as Transições Justas no Sul Global.

RESULTADOS

3. ENFRENTAR, E NÃO EXACERBAR, AS DESIGUALDADES

As transições devem enfrentar as desigualdades pré-existent, inclusive a falta de acesso a alimentos, energia ou trabalho decente, bem como as desigualdades de gênero, a responsabilidade histórica pela crise climática e a vulnerabilidade aos seus impactos. As transições climáticas não devem simplesmente transferir a exploração e a destruição para novas áreas em busca de recursos diferentes. Devem, ao revés, dar garantias explícitas de que nenhuma comunidade tenha sua situação agravada, e que a justiça e a equidade ocupem um papel central em todos os esforços de transição. Do contrário, a transição só funcionará para os atores poderosos e prejudicará justamente as pessoas que têm um papel fundamental para a garantia de um futuro seguro em termos climáticos. Os jovens também devem desempenhar um papel central, e verem atendidas suas demandas por empregos decentes, meios de sustento e inovações em transições justas.

As transições justas devem focar na igualdade de gênero, além de enfrentar as injustiças na participação desproporcional das mulheres e das meninas nos cuidados não remunerados e no trabalho doméstico, sua carga excessiva em trabalhos informais, precários e com baixos salários, as persistentes disparidades salariais entre homens e mulheres e a segregação setorial e ocupacional, bem como o acesso desigual aos recursos naturais e produtivos, inclusive no que tange ao financiamento, mercados, tecnologia, energia, terra, água e alimentos.⁵⁷ As mulheres e as meninas também enfrentam desafios para conseguir empregos verdes e justos de alta qualidade em novos setores devido a normas sociais e estereótipos discriminatórios. Abordar essas formas interseccionais de discriminação e desigualdade persistentes será fundamental para garantir o sucesso de qualquer transição.

➔ **Na prática**, isso implica dar um papel central aos interesses das mulheres, pessoas marginalizadas e que vivem na pobreza no processo de formulação de políticas e objetivos climáticos. São protegidas as políticas sensíveis às questões de gênero e planos que garantam a proteção dos direitos à terra. O acesso à energia e alimentos seguros, e a preços módicos, assim como a garantia de empregos verdes e justos são fundamentais para uma transição justa. À medida que novas áreas de emprego crescem (inclusive na agricultura, mineração, reciclagem de materiais e expansão das energias renováveis), estas devem ser regidas por normas trabalhistas e ambientais rigorosas para que se dê a devida proteção à saúde dos trabalhadores, aos direitos das mulheres e dos jovens, ao bem-estar da comunidade e ao ambiente.

4. MUDANÇAS DO SISTEMA EM PROL DAS PESSOAS, DA NATUREZA E DO CLIMA

Só é possível enfrentarmos a crise climática se transformarmos os sistemas que estão na sua origem. É necessária uma rápida, profunda e ampla reformulação dos sistemas energéticos, extrativos, alimentares e agrícolas, acompanhada de mudanças na arquitetura financeira internacional. Assim, é preciso que se opere mudanças sistêmicas nas políticas, bem como iniciativas ousadas, regulamentações eficazes e mecanismos de apoio a fim de promover a transformação que viabilize abordagens genuinamente sustentáveis na velocidade e escala necessárias. Essas mudanças devem ser holísticas, para além das prioridades restritas de contagem de carbono, levando-se em consideração as prioridades das pessoas, da natureza e do clima.

Deve-se também evitar falsas soluções e tecnologias que prejudicam as comunidades e concentram nas mãos de poucos o controle, a riqueza, a terra e o poder. Ações voltadas ao *greenwashing*, como projetos de compensação de carbono, não beneficiam o clima, mas são usadas pelas empresas como justificativa para prosseguir com a especulação e danos climáticos, o que atrasa ou impede as transformações reais que as soluções climáticas reais demandam, as quais não são protagonizadas pelas grandes corporações.

→ **Na prática**, isso significa que as políticas climáticas devem promover mudanças sistêmicas nos setores de energia e agricultura. Envolvem, também, a transição dos combustíveis fósseis para energias renováveis e da agricultura industrial para a agroecologia. Além disso, não se deve permitir que as empresas de combustíveis fósseis prejudiciais ao clima “compensem” suas emissões com créditos de carbono e sigam poluindo. Deve-se também rejeitar plantações de bioenergia ou compensação de carbono em larga escala, que costumam levar à apropriação de terras e ao deslocamento de comunidades marginalizadas, bem como as práticas corriqueiras de empresas agrícolas industriais alegadamente “sustentáveis em termos climáticos”, mas que são prejudiciais às comunidades locais.

Além disso, as políticas climáticas orientadas por abordagens de transição justa devem não só ter em conta as necessidades do clima (com a redução da pegada total de GEE ao longo de todo o ciclo de vida da produção, distribuição e uso, e aumento da resiliência aos impactos climáticos), mas também assegurar justiça social, garantindo, por exemplo, os direitos das pessoas, inclusive o das mulheres, reforçando a proteção dada aos trabalhadores, valorizando o trabalho não remunerado de cuidados, melhorando o acesso a alimentos, energia, meios de sustento e bem-estar, além de garantir a proteção e melhoria da biodiversidade e ecossistemas naturais do planeta.

Também devemos transformar a arquitetura financeira internacional que criou um ciclo permanente de crises da dívida nos países de renda baixa, acelerando ainda mais a crise climática. Houve grande avanço na formulação de políticas tributárias globais, rompendo-se com o clube das nações ricas da OCDE, por meio de uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Tributação, que deverá entrar em vigor em 2027. Precisamos de uma ação igualmente ousada em relação ao endividamento internacional, transferindo o poder do FMI e das nações credoras, cujo desenvolvimento foi financiado por meio da apropriação injusta dos bens comuns atmosféricos, com a criação de uma nova Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Dívida Soberana, conforme exigido pelos países da África. Até que existam órgãos representativos que estabeleçam regras e diretrizes justas para impostos e dívidas, a arquitetura financeira global continuará a atuar como uma fábrica de crises da dívida e crises climáticas.

DIMENSÕES SETORIAIS ESPECÍFICAS ENVOLVIDAS NAS TRANSIÇÕES JUSTAS

I. Fazendo a transição dos combustíveis fósseis

Para os trabalhadores das indústrias do carvão, petróleo ou gás, a mudança dos combustíveis fósseis preocupa, pois eles podem ser deixados para trás e ficar com poucas oportunidades de sustento. Para este setor, serão fundamentais os esforços para oferecer, ampliar e diversificar novas oportunidades econômicas, inclusive empregos verdes e justos para trabalhadores, mulheres, jovens e comunidades, bem como dar o apoio necessário para viabilizar essas transições.

Trabalhadores, jovens, mulheres e comunidades cujos meios de sustento estão vinculados ao setor dos combustíveis fósseis devem ter oportunidades para um futuro melhor. Devem também ter espaço para se organizarem, oportunidades para participarem na tomada de decisões, alternativas positivas para obtenção de meios de sustento, vida comunitária e bem-estar, bem como apoio, proteção social e formação suficientes que possibilitem fazer a transição dos sistemas de extração de combustíveis fósseis.

Enquanto os trabalhadores desse setor frequentemente se beneficiam da sindicalização ou de representantes comunitários que dialogam e negociam com governos e empresas, o mesmo não se aplica, de forma alguma, a toda força de trabalho. Em alguns contextos, os trabalhadores, principalmente os jovens, aqueles em condições laborais precárias ou que trabalham na mineração informal ou artesanal, frequentemente não fazem parte de sindicatos organizados. Mulheres que vivem nas comunidades e retiram seu sustento de indústrias secundárias que se desenvolvem em torno do setor também são ignoradas de forma sistemática no planejamento do discurso. Portanto, devem ser envidados esforços específicos para garantir que as perspectivas e necessidades das pessoas mais marginalizadas sejam levadas em consideração nos processos de planejamento.

Em grande parte do mundo, o setor de extração de combustíveis fósseis também está sujeito a profundos níveis de desigualdade e exploração. Os meios de sustento que dependem dos combustíveis fósseis podem envolver atividades penosas e mal remuneradas e condições de trabalho adversas, com baixo nível de proteção laboral, além de estarem associados a uma série de impactos negativos na saúde dos trabalhadores. São também comuns impactos ambientais e sociais locais devastadores, inclusive poluição do ar, água e solo.

Os governos devem, portanto, garantir uma transição responsável da indústria de combustíveis fósseis, inclusive com ações de reparação (por exemplo, de derramamentos de óleo e de infraestruturas inseguras), o acesso a reparação de danos para as comunidades afetadas, inclusive para os efeitos prejudiciais à saúde e aos meios de vida das comunidades, além da provisão de fundos para ações de descomissionamento.

II. Expansão das energias renováveis

A transição dos combustíveis fósseis deve vir acompanhada do aumento da oferta das energias renováveis para satisfazer a demanda, incrementando o acesso e erradicando a pobreza energética nesse processo. As energias renováveis descentralizadas e de pequena escala – particularmente a solar, a eólica e a micro-hidrelétrica – podem e devem ter a oferta ampliada para substituir os combustíveis fósseis e combater a pobreza energética, evitando, ao mesmo tempo, as emissões associadas aos combustíveis fósseis, que têm efeito devastador para o clima.

A garantia do acesso à energia é fundamental para a superação da pobreza. O acesso seguro e estável à energia gera mais oportunidades de meios de sustento, inclusive com economia do tempo que, de outra forma, seria gasto — geralmente, por mulheres e meninas — na busca por combustível. O acesso à eletricidade aumenta as oportunidades de educação e estudo, especialmente para os jovens. Com acesso à energia, torna-se mais fácil para as mulheres e as comunidades agrícolas processar e agregar valor aos seus produtos, o que significa aumento da renda. O acesso à energia também ajuda a reduzir a perda e o desperdício de alimentos, o que, por sua vez, melhora a segurança alimentar e reduz as emissões. A energia renovável pode aumentar a segurança de mulheres e meninas por meio do fornecimento de iluminação pública à noite.

Os esforços para ampliar as oportunidades econômicas na forma de empregos verdes e justos podem funcionar em conjunto com a ampliação do acesso à energia renovável. A instalação de energias renováveis nas comunidades pode alcançar um grau maior de sucesso quando combinada com ativos essenciais, como, por exemplo, máquinas de processamento agrícola ou máquinas de gelo para conservação de pescado. Assim, se a instalação de energia renovável for combinada com estratégias para aumento da renda de forma sustentável, a comunidade passa a dispor de mais condições financeiras para o reparo e manutenção das tecnologias em caso de danos.

Prédios públicos, como escolas, hospitais e universidades, também podem se tornar produtores de energia. O controle e a propriedade da eletricidade por famílias, pequenas e médias empresas, comunidades e instituições públicas, em um mosaico de microrredes conectadas ou isoladas, têm implicações profundas e animadoras. Quando a energia é usada perto de onde é gerada, há uma redução significativa da perda de energia associada à transmissão de eletricidade por longas distâncias.

A produção diversificada de energia renovável implica seu fornecimento como um bem comum, em contraste com as prioridades voltadas ao lucro por parte das empresas de combustíveis fósseis. Essa revolução da “democracia energética” é um passo que pode e deve ser dado em paralelo com a revolução da energia renovável. Antes da implementação dessas tecnologias, são necessários programas sociais que garantam a participação inclusiva, educação, formação e empoderamento das comunidades.

Quando se trata de energia renovável local e descentralizada, as comunidades não devem ser vistas como meros clientes, mas como parceiros no planejamento, agregação de valor, implementação, correção de rumo e aprendizado. As comunidades devem poder participar, apontar rumos, controlar e sustentar efetivamente essa revolução energética, para que as intervenções se deem de forma a atender às suas necessidades.

Certas tecnologias de energia renovável, como parques eólicos ou solares, podem, contudo, demandar grandes extensões de terra. Se não forem cuidadosamente planejadas, essas dinâmicas correm o risco de reproduzir ou agravar sistemas extrativistas e coloniais que colocam os interesses das corporações internacionais acima das necessidades das comunidades locais. A ampliação da oferta e uso da energia renovável nas comunidades e nas terras que elas utilizam deve, assim, vir acompanhada do consentimento da comunidade e negociações justas, bem como de fortes salvaguardas sociais e ambientais que levem em consideração, principalmente, o risco dos impactos gerados para mulheres e meninas.

Outra vantagem que sistemas de energia renovável de pequena escala e distribuída costuma gerar para entidades locais ou nacionais é que os lucros e os impostos são retidos e gastos dentro do país, diferentemente dos lucros das empresas multinacionais, que muitas vezes beneficiam apenas as sedes e os acionistas no Norte Global, devido à evasão fiscal agressiva por parte das grandes multinacionais que operam no Sul Global.

Por fim, uma transição justa no setor energético deve vir acompanhada de uma redução gradual da demanda energética por parte dos países ricos, empresas e indivíduos, sobretudo de uma redução do consumo de energia do Norte Global, onde as estratégias podem envolver uma mudança modal do transporte privado para o transporte público. Isso deve ser feito de acordo com estratégias equitativas de redução da demanda energética que atendam às necessidades básicas de energia, com aumento da eficiência e redução do desperdício. A mobilização da capacidade excedente resultante dessa redução gradual na produção de energia necessitaria ser direcionada para os serviços públicos.

III. Minerais críticos

O Sul Global abriga a maioria dos minerais e metais estratégicos ou críticos necessários para a expansão das tecnologias renováveis, como turbinas eólicas, painéis solares e baterias. Para atender às necessidades da transição energética e à demanda global por energia renovável, a IEA estima que a demanda por minerais críticos aumentará seis vezes até 2050. O aumento da extração mineral é frequentemente apresentado com entusiasmo por governos e defensores dos países ricos em minerais como fonte de novos empregos e oportunidades para o desenvolvimento econômico local e nacional.

Porém, apesar desse potencial, na prática, não há salvaguardas suficientes para evitar os danos causados pela mineração ou garantir que os países do Sul Global realmente se beneficiem de seus recursos por meio da agregação de valor e de estratégias industriais verdes. De fato, a indústria de mineração global tem sido historicamente associada a graves violações dos direitos humanos e danos ambientais, apropriação de terras e despejos, indenizações insuficientes, destruição dos meios de subsistência, problemas de saúde, falta de acesso à água e violência, modelos de exportação baseados no sistema “da mina ao porto”, que impedem que os países produtores se beneficiem de seus próprios recursos, com empresas estrangeiras controlando e lucrando com o setor, ao mesmo tempo em que evitam o pagamento de impostos.

Com o aumento do uso da linguagem da “transição verde” pelo setor privado como forma de promover suas próprias agendas, o setor também corre o risco de ser capturado e controlado por entidades do Norte Global por meio de acordos comerciais, da dívida ou outras negociações que aprisionam nações ricas em recursos em relações prejudiciais que alimentam a dependência e modelos coloniais de extrativismo.

A indústria tem demonstrado uma falta generalizada de comprometimento ou implementação eficaz no que diz respeito ao direito à água, aos direitos dos povos indígenas, aos direitos à terra, aos direitos dos trabalhadores e à prevenção do trabalho infantil, em um descumprimento do Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) e da devida diligência adequada, bem como uma falta de proteção aos defensores dos direitos humanos.

Os minerais mais citados no que tange à transição energética são o cobre, cobalto, níquel e lítio, mas há uma longa lista de outros minerais, inclusive o manganês, alumínio e grafite, que devem também ter uma demanda maior devido ao desenvolvimento de tecnologias renováveis. Até o momento, nesta nova era de extração de minerais críticos, o que se revela é uma falha sistêmica em abordar as mesmas questões enfrentadas pela indústria de mineração no passado. O níquel, por exemplo, é necessário para as baterias de íon-lítio usadas para alimentar veículos elétricos (EVs) e unidades de armazenamento de energia renovável. Nas províncias filipinas de Zambales e Palawan, as audiências públicas não ocorreram, tiveram muito pouca relevância, e foram desprovidas de um FPIC (Consentimento Livre, Prévio e Informado). Os projetos de mineração de níquel prejudicam o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável e colocam em sério risco os direitos das comunidades afetadas à saúde, acesso à água e aos meios de subsistência.

A indústria de energias renováveis deve adotar todas as cautelas para garantir o abastecimento responsável de metais e minerais, inclusive quando necessária a abertura de novas minas. Os governos têm a responsabilidade de desenvolver e aplicar leis e regulamentos voltados para a “mineração responsável”, normas trabalhistas e ambientais rigorosas, bem como processos de diligência prévia. As comunidades também devem ter o direito de rejeitar novos projetos de mineração, tendo seu consentimento e negociações justas ocupando papel central no processo de planejamento. Os pontos de vista das mulheres, dos jovens e dos grupos marginalizados da comunidade devem ter o mesmo peso que os dos membros da comunidade que gozam de status elevado.

Além disso, deve haver uma redução do consumo excessivo e da demanda por novas fontes de minerais essenciais por meio de programas de incentivos e de ampliação da reciclagem de minerais e metais.

IV. A agricultura

A agricultura é o setor que mais emprega no mundo (responsável pelo sustento de 25% da população mundial), o segundo que mais contribui para as mudanças climáticas, o mais vulnerável aos seus impactos e a fonte da maior parte dos alimentos do mundo. Essa combinação de complexidades na produção de alimentação e da agricultura cria uma necessidade específica de transições climáticas que sejam justas.

A transição da agricultura industrial (que é em grande parte movida a combustíveis fósseis) para abordagens sustentáveis, como a agroecologia, mais benéficas ao clima, melhor adaptadas aos seus impactos, além de socialmente equitativas, é um passo necessário para garantir que nossos sistemas alimentares estejam aptos para uma era de mudanças climáticas. Porém, os contextos, desafios e desigualdades específicas existentes no diversificado sistema alimentar global significam que agricultores e economias locais precisam de conscientização específica e estruturas de apoio direcionadas.

Com as mulheres representando quase metade da força de trabalho no setor agrícola do Sul Global, embora muitas vezes invisibilizadas ou especialmente desfavorecidas por barreiras culturais e políticas, todos os esforços na agricultura precisam ser sensíveis às questões de gênero e voltados para o atendimento das necessidades das agricultoras. Em vez de assumir que os homens são, em regra, os agricultores, as políticas e intervenções devem reconhecer que as mulheres agricultoras tendem a assumir responsabilidades muito maiores pelo trabalho não remunerado de cuidados, apresentam taxas de alfabetização mais baixas, além de terem menor acesso a oportunidades de tomada de decisão ou treinamento — mesmo sendo, em grande parte, as que fornecem os alimentos vitais que sustentam as comunidades.

A exploração prevalece em todo o setor agrícola e em todas as partes do mundo. Os próprios agricultores são explorados e mal remunerados por intermediários. Os trabalhadores agrícolas, inclusive os migrantes e sazonais, também são vulneráveis à exploração, com baixa remuneração, más condições de trabalho e uso excessivo de agroquímicos. Portanto, a transição para sistemas agrícolas mais favoráveis ao clima deve também evitar a criação de novos riscos para os trabalhadores. A transição justa é uma oportunidade para que agricultores e trabalhadores agrícolas se organizem e construam poder coletivo, garantindo, dessa forma, empregos dignos.

As transformações agrícolas podem trazer mudanças econômicas regionais significativas. Muitas regiões tornaram-se dependentes da produção de commodities únicas. A transição para economias diversificadas pode implicar mudanças importantes nos produtos agrícolas, métodos de produção, oportunidades de processamento e comercialização e, talvez, até mesmo na diversificação dos meios de sustento, passando a incluir renda não agrícola. Governos locais e nacionais podem aumentar as chances de sucesso ao criarem processos de planejamento que sejam inclusivos e envolvam as comunidades, garantindo que elas recebam o apoio necessário. O apoio, no caso, pode envolver treinamento na perspectiva de gênero e assessoramento técnico em novas práticas agrícolas (como agroecologia), apoio à agregação de valor e comercialização de novos produtos, ou incentivo a instituições governamentais, como escolas, hospitais e escritórios, para que usem seu poder de compra como forma de dar apoio a agricultores por meio de compras públicas.

Deve-se, também, ter em mente que, embora a agroecologia aumente a fertilidade, a resiliência e o rendimento do solo, a restauração completa do seu potencial pode levar tempo. Técnicas como a compostagem, adubação e cobertura morta estimulam o retorno de redes de micróbios benéficos, inclusive filamentos de fungos micorrízicos que transportam nutrientes até as raízes das plantas e melhoram a estrutura do solo.

Contudo, nos meses ou anos entre o fim do uso de fertilizantes sintéticos e o aumento da fertilidade natural, pode haver um ligeiro declínio da produtividade. Para facilitar essa transição, que trará benefícios para o clima, segurança alimentar, sociedade e economia, os agricultores podem necessitar de suplemento de renda ou outras formas de proteção social para superar essa queda temporária e depositar confiança na transição.

V. Redirecionamento do financiamento público & subsídios

O financiamento público tem um papel fundamental na viabilização de transições justas, e os subsídios devem dar uma contribuição-chave no processo. Atualmente, com os combustíveis fósseis e a agricultura industrial absorvendo a maior parte dos subsídios públicos, o redirecionamento dos subsídios das causas das mudanças climáticas para as soluções podem servir ao propósito de não apenas restringir as ações das indústrias que destroem o clima, mas também fazer com que as ações climáticas ganhem escala.

No entanto, se tais medidas não forem tomadas com o devido cuidado e justiça, as comunidades marginalizadas poderão ser afetadas de forma desproporcional, o que agravará as desigualdades, além de dar causa a uma resistência compreensível. Os gastos com alimentação e energia de pessoas em situação de pobreza já tomam uma fatia desproporcional de sua renda. As comunidades dependentes do trabalho na agricultura e extração de combustíveis fósseis, as de baixa renda e as que se encontram na linha de frente da crise climática provavelmente serão afetadas pelas mudanças das políticas e do financiamento público. Elas podem ser mais vulneráveis aos aumentos de preços, além de frequentemente não terem acesso à tomada de decisões e à informação.

É preciso aprender com as lições importantes de experiências anteriores que não adotaram as devidas medidas de “Transição Justa”. Em 2019, por exemplo, quando o governo do Equador tentou retirar os subsídios do diesel e da gasolina, gerou uma revolta política que varreu o país. Nos últimos 15 anos, tentativas semelhantes de retirada de subsídios no Quênia, Nigéria, Índia, Indonésia, Egito e Jordânia também resultaram em protestos e tumultos em massa. Da mesma forma, um imposto de carbono na França em 2018 trouxe lições importantes, embora não tenha se tratado de uma transferência de subsídios. O imposto pesou de forma desproporcional sobre as comunidades de baixa renda, o que desencadeou os protestos nacionais dos *Gilets Jaunes*, ou “Coletes Amarelos”. Portanto, é fundamental compreender as implicações políticas e sociais da mudança nas políticas e subsídios envolvendo os combustíveis fósseis e a agricultura industrial, além de se adotar todas as cautelas nas medidas de transição e enfrentar os possíveis desafios com justiça social e econômica. A transição financeira faz parte da transição justa e, portanto, deve também se orientar pelos princípios da transição justa.

É necessário realizar um mapeamento para saber quais pessoas e grupos serão os mais afetados, e de que forma — por exemplo, famílias de baixa renda que dependem de subsídios — antes de iniciar quaisquer mudanças que tragam riscos potenciais. As comunidades marginalizadas, especialmente as mulheres, devem ocupar um papel central nos planos e planejamento, para possibilitar uma análise feminista clara dos impactos potenciais e evitar o agravamento das desigualdades de gênero. A reforma dos subsídios para a eliminação gradual do suporte aos combustíveis fósseis e à agricultura industrial prejudiciais deve vir acompanhada de mecanismos de apoio que priorizem as necessidades das comunidades potencialmente afetadas, especialmente a dos trabalhadores, pessoas de baixa renda, mulheres e jovens. Deve haver um sequenciamento cuidadoso para garantir que haja comunicação eficaz, alternativas e mecanismos de proteção em vigor e em uso antes da retirada de subsídios críticos. Isso incluirá esquemas de compensação, redes de segurança social, capacitação, treinamento, planos de diversificação

econômica, bem como sistemas de alimentação, energia e transporte público acessíveis a preços módicos, centrados nas pessoas e que sejam benéficos ao clima. Uma vez que esses elementos fundamentais estejam em funcionamento, os subsídios corporativos devem ser os primeiros a sofrer reduções, especialmente aqueles que beneficiam diretamente os produtores de combustíveis fósseis, produtores de insumos agrícolas ou investidores e negociantes de *commodities*. Para complementar esse processo, os governos devem ter como meta regulamentar o poder corporativo e implementar uma tributação progressiva, de modo que as empresas paguem impostos justos sobre seus lucros, contribuindo, assim, para os cofres públicos, que poderão, então, prestar o suporte necessário à proteção social e outras iniciativas que garantam uma transição justa. Os subsídios progressivos que ajudam as comunidades de baixa renda a adquirir combustíveis fósseis e produtos agrícolas industriais podem, então, ser gradativamente retirados, tão logo as comunidades tenham acesso a alternativas ecológicas.

HISTÓRIA 3

TRANSIÇÃO JUSTA PARA A MINERAÇÃO DE MINERAIS E METAIS?

A província de Copperbelt, na Zâmbia tem importância central para a indústria de mineração do país, historicamente conhecida por grandes depósitos de cobre e cobalto. À medida que o cobre se torna cada vez mais vital para o futuro das tecnologias de energia renovável, como a solar e a eólica, o aumento da demanda vem agravando a exploração e corroendo direitos.

James Shantaba é um jovem minerador artesanal da mina Black Mountain, em Kitwe. Desde quando se lembra, James e seus colegas trabalham na mineração, muitos deles começaram na adolescência. “A maioria dos jovens trabalha há mais de 10 anos.”

Poucos mineradores artesanais do local têm licenças formais. A maior parte da mineração na região da Black Mountain é feita sem proteção ou treinamento. Muitos sofrem de silicose, uma cicatriz permanente nos pulmões que dificulta a respiração. Ainda assim, a maioria deles trabalha o ano inteiro, sem pausas nem mesmo na estação chuvosa.

Devido à natureza ilegal das atividades, James e seus colegas não podem vender o cobre nos mercados oficiais. Em vez disso, se veem obrigados a vender diretamente para grandes empresas industriais e compradores informais. Com poucas opções, e sem terem muita noção do valor real dos minerais que extraem, acabam vendendo seus produtos por preços irrisórios.

‘Isto não é vida, é sobrevivência. Mas é a única forma que temos de alimentar nossas famílias’, diz James.

A ActionAid Zâmbia vem trabalhando para construir um futuro de transição justa para o setor de mineração da Zâmbia. Juntamente com James e seus colegas, apelamos ao governo para formalizar o setor de mineração artesanal. Isso permitiria que os mineradores recebessem treinamento profissional, normas de segurança e saúde, financiamento, equipamentos, bem como acesso a preços justos de mercado. James e seus colegas reivindicam um sistema transparente de resolução de conflitos para os mineradores artesanais, além de um arcabouço legal que permita reinvestir as receitas na comunidade, além de opções alternativas viáveis e sustentáveis de sustento.



CRÉDITO: Wezi Nyalazi/ ActionAid Zambia

HISTÓRIA 4



Encontro comunitário na vila de Mbababe, Kwazulu Natal, África do Sul.
CRÉDITO: Lucky Tshabalala/ ActionAid África do Sul.

DIÁLOGOS SOBRE TRANSIÇÃO JUSTA EM COMUNIDADES MINERADORAS DA ÁFRICA DO SUL

O carvão predomina no cenário energético da África do Sul, e há décadas sua extração tem sido uma importante fonte de emprego no país. Como a África do Sul explora maneiras de reduzir sua dependência do carvão em reconhecimento à crise climática, a Comissão Presidencial para o Clima (PCC) aprovou um Sistema de Transição Justa em 2022. O Sistema visa capacitar trabalhadores e comunidades para ações de planejamento, garantir a equidade na distribuição dos riscos e oportunidades em toda a sociedade, além de reparar os danos historicamente impostos aos trabalhadores, às comunidades e à terra como resultado da mineração de carvão.⁵⁵

Essa iniciativa louvável ainda se encontra em seus estágios iniciais. Os desafios para sua implementação incluem lacunas de financiamento, agendas conflitantes (inclusive fortes interesses privados), apoio político inconsistente para alternativas de energia renovável, coordenação insuficiente entre processos governamentais nacionais e subnacionais, bem como esforços por parte de diferentes atores para restringir o escopo da transição justa a uma agenda puramente voltada para a descarbonização, privada de justiça social.⁵⁶

Reconhecendo a participação da comunidade como um pilar fundamental para uma transição justa, a ActionAid África do Sul iniciou uma série de diálogos comunitários com mulheres e jovens nas áreas de mineração de carvão de Ermelo e Secunda (região de Mpumalanga), Bronkhortspruit (Gauteng), Mokopane (Limpopo) e Newcastle (Kwazulu-Natal). Os diálogos criaram um espaço valioso para as comunidades documentarem as experiências vividas em áreas afetadas pela mineração, identificarem e desafiar as estruturas de poder que marginalizam grupos vulneráveis, apontarem recomendações para políticas climáticas e energéticas inclusivas e empoderarem mulheres e jovens para que se façam ouvir e gerar resultados justos para a transição.

Os diálogos revelaram um histórico prevacente em todo o país de danos ambientais causados pela mineração do carvão, que degradou a terra e inviabilizou as formas de sustento baseadas na agricultura. Em Ermelo, muitas comunidades que retiram seu sustento da mineração de carvão continuam sem acesso à

eletricidade, apesar da proximidade de uma central elétrica movida a carvão. Em Bronkhorstspuit, as minas de carvão forçaram as comunidades a se mudarem sem receberem qualquer indenização. Em Mokopane, a escassez de água causada pelas minas de carvão obriga as mulheres a caminhar longas distâncias todos os dias para suprir as necessidades domésticas de água. Para alguns, as tentativas de protestos têm gerado intimidação e um clima de medo.

À medida que as comunidades foram tomando conhecimento das oportunidades apresentadas pelo Quadro de Transição Justa, identificaram áreas estratégicas fundamentais para a tomada de ação. A necessidade de desenvolvimento de competências, requalificação e aperfeiçoamento profissional surgiu com força, juntamente com a necessidade de participação do governo com um leque maior de partes interessadas da comunidade, participação inclusiva e liderança de base, governança transparente, igualdade de gênero, financiamento para projetos liderados pela comunidade e promoção de pequenas e médias empresas. Também foi identificada a necessidade de fazer vigorar o Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC), desenvolver Quadros de Transição Justa protagonizados pela comunidade, além de integrar estratégias de combate à pobreza e segurança alimentar nos planos de transição.

Tais processos inclusivos e poderosos de diálogo, aprendizagem, reflexão e compartilhamento de experiências fortaleceram a confiança de mulheres e jovens na importância de processos inclusivos de tomada de decisões — e no seu próprio protagonismo, empoderamento e entusiasmo no engajamento na luta por direitos.

Esses diálogos comunitários iniciais são apenas o primeiro passo. A ActionAid África do Sul continua a apoiar ações de capacitação, compartilhamento de informações, reivindicação, luta por direitos protagonizada por mulheres nos processos políticos nacionais e subnacionais, além da colaboração com aliados da sociedade civil para construção de solidariedade e amplificação das vozes da comunidade. Alcançar uma transição eficaz exigirá o dismantelamento das desigualdades estruturais, dando lugar a processos genuínos de tomada de decisões liderados pela comunidade, bem como a criação de oportunidades econômicas sustentáveis e equitativas. Somente por meio de uma abordagem holística, inclusiva e com foco na justiça a África do Sul será capaz de construir um futuro sustentável, socialmente justo e economicamente empoderador para todos.

CAIXA 4:

SEM JUSTIÇA, SEM TRANSIÇÃO: GREENWASHING E AJUSTES TECNOLÓGICOS

Mecanismos do mercado de carbono, inclusive créditos e compensações de carbono, há muito tempo, vem sendo utilizados pelos atores do setor privado no Norte Global. Consistem em sistemas de comércio nos quais créditos de carbono são vendidos e comprados, podendo ser usados por Estados, empresas ou indivíduos para compensar ou neutralizar suas emissões de gases de efeito estufa, que são então canceladas. A realidade é que os mercados de carbono têm histórica e repetidamente fracassado em cumprir seus objetivos, com baixo nível de responsabilidade, de uma forma geral, simplesmente permitindo que as emissões ocorram em outro lugar. Pesquisas revelam que menos de 16% dos projetos de créditos de carbono representam reduções reais de emissões. Além de não trazerem benefícios para as comunidades, os mercados de carbono têm um histórico de violência, deslocamentos forçados, abuso e outras injustiças, colocando em risco principalmente os povos indígenas, pois estes são os guardiões de quase 40% dos ecossistemas remanescentes que permanecem intactos.

Captura e armazenamento de carbono (CCS) A captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS) são tecnologias climáticas que visam capturar grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂), sequestrando-

as ou armazenando-as para que não sejam novamente liberadas na atmosfera. Ironicamente, essa suposta “solução climática” também requer a geração de emissões de carbono – geralmente provenientes da queima de combustíveis fósseis –, o que legitima e até incentiva seu uso contínuo. Além disso, o dióxido de carbono capturado é frequentemente bombeado em poços de petróleo e utilizado para aumentar a extração de combustíveis fósseis – uma técnica conhecida como Recuperação Avançada de Petróleo (EOR). Na prática, a CCS ainda não provou ser escalável. A tecnologia de captura e armazenamento em si ainda é cientificamente desafiadora e cara. O transporte para os locais de armazenamento exigiria uma grande infraestrutura em condições difíceis, como oleodutos. Isso reproduz os riscos e impactos dos oleodutos de combustíveis fósseis: apropriação de terras e sobrecarga dos meios de sustento de agricultores e pescadores, poluição da água e do ar com graves riscos à saúde das comunidades locais e dos trabalhadores, e até mesmo explosões catastróficas. Essas ameaças à saúde e ao meio ambiente pesam de forma desproporcional sobre as comunidades marginalizadas.

No entanto, o mero conceito da tecnologia serve para dar aval à indústria de combustíveis fósseis para prosseguir com as mesmas práticas. O desenvolvimento da CAC absorve um enorme volume de subsídios públicos que poderia ser melhor gasto em transformações climáticas reais e eficazes.

Abordagens baseadas em Bioenergia – inclusive, biocombustíveis líquidos e Bioenergia com Captura e Armazenamento de Carbono (BECCS) – são abordagens climáticas que geralmente demandam vastas extensões de terra para o cultivo de árvores, culturas ou ecossistemas, que são, então, colhidos, processados e queimados para fornecer energia. No entanto, a expansão dos biocombustíveis e da bioenergia inevitavelmente demandarão vastas extensões de terra para o atingimento das metas previstas, além serem há muito tempo associadas a impactos devastadores para as comunidades rurais e de baixa renda no Sul Global. Algumas estimativas apontam para a necessidade de quase 1 bilhão de hectares de terra dedicados à Bioenergia com CCS (CCS) – uma área equivalente à Índia. Têm sido recorrentes na África, Ásia e América Latina casos generalizados de apropriação de terras em grande escala e desmatamento para o cultivo de biocombustíveis, com o deslocamento de comunidades agrícolas e indígenas. Verificou-se também que o desvio em massa de culturas alimentares dos estômagos para os tanques de combustível contribuiu para o aumento dos preços globais dos alimentos e para o aumento da fome entre as populações mais pobres do mundo. O redirecionamento em larga escala dos cultivos de alimentos da mesa para os tanques de combustível também tem contribuído para a disparada dos preços globais dos alimentos, provocando o aumento da fome entre as populações mais pobres do mundo.

As tecnologias baseadas na **geoengenharia** têm sido propostas com cada vez mais frequência como um «Plano B» para o mundo na falta de ações climáticas suficientes. Essas tecnologias visam intervir nos sistemas naturais da Terra com o objetivo de combater as alterações climáticas, seja por meio da remoção do CO₂ do ar ou dos oceanos (ou seja, Remoção de Dióxido de Carbono (CDR)), seja limitando a quantidade de luz solar que atinge a superfície da Terra (ou seja, Gestão da Radiação Solar (SRM)). Mas essas tecnologias provavelmente causarão graves perturbações e danos – além de representarem riscos ainda maiores do que o aquecimento climático que pretendem combater. Se implantadas em grande escala, as tecnologias de geoengenharia devem causar mudanças nos padrões de precipitação e resfriamento do planeta, bem como a depleção de oxigênio, enfraquecimento da camada de ozônio e perturbação do ciclo de nutrientes e das redes alimentares. O SRM também coloca o planeta em risco de um aumento devastador nas temperaturas globais devido ao “choque de terminação” se as intervenções de resfriamento forem interrompidas ou suspensas.

Há muita confusão e debate sobre o real significado do termo “**Agricultura Inteligente em relação ao Clima**”. A falta de definições claras, exclusões ou critérios sociais e ambientais para o que pode – ou não pode – ser chamado de “Agricultura Inteligente em relação ao Clima” abre espaço para que práticas e empresas que são nocivas para o clima, o meio ambiente e os agricultores usem o termo ao seu bel prazer. A “Agricultura Inteligente em relação ao Clima” não possui salvaguardas para a substituição da agricultura industrializada, agroquímicos, abordagens de agricultura industrial, ou atividades que levam à apropriação de terras, impactam os meios de subsistência dos agricultores e prejudicam as comunidades. As empresas do agronegócio utilizam uma série de argumentos refutados para justificar suas alegações de que fazem uso de práticas “Inteligentes em Relação ao Clima”. Por outro lado, alguns grupos que promovem práticas agrícolas agroecológicas que realmente beneficiam o clima e os agricultores também utilizam, por vezes, o termo “Inteligência Climática” para descrever suas atividades. A confusão surge quando empresas, governos, agricultores e ONGs utilizam o termo comum “Agricultura com Inteligência Climática” – mesmo quando se referem a abordagens totalmente diferentes.

SEÇÃO 3: REESTRUTURAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS

Mesmo em face da escalada da crise climática e das frequentes quebras de recorde dos níveis do aquecimento, o mundo segue investindo muito mais nas causas das mudanças climáticas do que nas soluções.

Essa situação é absurda.

BANCOS FINANCIANDO A CRISE CLIMÁTICA

Em todo o mundo, bancos limitam-se a proferir discursos vazios sobre o clima, enquanto seguem com uma fome insaciável por lucros com a destruição climática. O Acordo de Paris foi assinado em 2015, com o compromisso de “fazer com que todos os fluxos financeiros sigam firmes no rumo de um desenvolvimento com baixas emissões e resilientes às alterações climáticas”. Desde então, os 65 maiores bancos do mundo investiram US\$ 7,9 trilhões na indústria de combustíveis fósseis. Em 2024, quase todos esses bancos aumentaram o financiamento em combustíveis fósseis em comparação com o ano anterior.

Comunidades na África, Ásia e América Latina que vivem na linha de frente da crise climática já sofrem os efeitos de enchentes, secas, ciclones e aumento do nível do mar. Os bancos agravam ainda mais a situação ao financiar a expansão das atividades de empresas de combustíveis fósseis e agricultura industrial no Sul Global, o que desloca essas comunidades de suas terras e polui a água.

Os bancos investem trilhões de dólares em empresas que exploram minas de carvão, poços de gás, oleodutos, usinas termelétricas a carvão e plantações de monocultura bombardeadas com fertilizantes fósseis e pesticidas no Sul Global. Isso causa conflitos por terra e água, mortes prematuras, destruição de ecossistemas, envenenamento de rios e lagos, além do agravamento dos impactos das mudanças climáticas que já devastam comunidades. Entre 2021 e 2023, o financiamento concedido pelo banco HSBC às indústrias de combustíveis fósseis e agricultura industrial, por exemplo, causou 128 bilhões de libras em danos climáticos — quase três vezes o lucro líquido obtido pelo banco com essas operações.

How the Finance Flows, publicado pela ActionAid em 2023, que teve como foco os bancos, revelou que o financiamento bancário concedido à indústria de combustíveis fósseis no Sul Global atingiu um valor estimado de US\$ 3,2 trilhões nos sete anos que se seguiram ao Acordo de Paris. As maiores empresas de agricultura industrial receberam US\$ 370 bilhões em financiamento bancário durante o mesmo período.

Os bancos devem fechar as torneiras por onde o dinheiro não para de fluir para as indústrias que agravam a crise climática e prejudicam comunidades locais. É hora de os bancos pararem de financiar projetos e empresas envolvidas com o carvão e a expansão de atividades relacionadas com combustíveis fósseis e desmatamento, além de desenvolver estratégias ágeis para o fim do uso do petróleo, do gás e da agricultura industrial nociva. Os governos devem regulamentar os setores bancário e financeiro para acabar com o financiamento prejudicial ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, redirecionar progressivamente os recursos públicos das causas das mudanças climáticas para soluções reais.

FINANCIAMENTO PÚBLICO FLUINDO NA DIREÇÃO ERRADA

Apesar da emergência climática, empresas de combustíveis fósseis e agricultura industrial seguem controlando com mão de ferro os subsídios públicos concedidos por governos em todo o mundo. Em 2024, o relatório anual “How the Finance Flows” (Como fluem as finanças) da ActionAid revelou que, mesmo nos países do Sul Global, as mesmas indústrias que alimentam a crise climática drenam os limitados recursos públicos dos países vulneráveis ao clima. A apropriação do financiamento público pelas corporações significa que, a cada ano, os setores de

combustíveis fósseis e da agricultura industrial, que destroem o clima, recebem US\$ 677 bilhões em subsídios no Sul Global, dos quais US\$ 238 bilhões vão para o setor de agricultura industrial e US\$ 438,6 bilhões para o setor dos combustíveis fósseis. Esse montante equivale a 3,5 vezes o gasto necessário para arcar com os custos do ensino primário de todas as crianças da África Subsaariana. Por outro lado, os governos do Norte Global (com uma população equivalente a um terço da existente no Sul Global) têm um gasto per capita equivalente maior com a indústria de combustíveis fósseis, com uma média anual de US\$ 239,7 bilhões.

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO INSUFICIENTE QUE GERA DÍVIDA

As nações ricas e poluidoras do Norte Global, que mais contribuíram para a crise climática ao longo de um século ou mais de extração, industrialização e poluição, têm a obrigação legal - nos termos do Artigo 9 do Acordo de Paris - de conceder financiamento climático aos países do Sul Global para mitigação e adaptação à crise. A Corte Internacional de Justiça (CIJ) reforçou essa obrigação em seu recente Parecer Consultivo, enfatizando a obrigação legal dos Estados de cooperar, inclusive por meio de financiamento climático, e com base na equidade e no princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, bem como no das capacidades respectivas. O regramento da CIJ corroborou que as nações ricas poluidoras têm o dever dar sua cota justa de financiamento climático às comunidades mais afetadas para ajudá-las a se recuperar e se recompor das perdas e danos causados pelo clima, adaptar-se aos impactos futuros e empreender ações voltadas à mitigação climática para poder fazer a transição para alternativas mais ecológicas.

Colocar o planeta na rota de um futuro seguro demanda o gasto anual de trilhões de dólares em financiamento climático baseado em doações. A “dívida climática” que os poluidores mais ricos têm para com aqueles que estão na linha de frente nos países de baixa renda foi estimada em mais de US\$ 4 trilhões por ano. Evitar o colapso planetário e proteger as pessoas dos extremos climáticos crescentes deve estar claro como prioridade no uso dos fundos públicos. No Sul Global, o investimento público é necessário não só para fazer com que as energias renováveis e a agroecologia ganhem escala, mas também para garantir às comunidades acesso a serviços públicos essenciais, como educação, saúde, qualificação, transporte, etc., que são fundamentais para permitir que as pessoas participem ativamente e se beneficiem da transição.

Mas os países ricos continuam a recusar a dar sua cota justa de contribuição ou a tomar medidas para evitar a catástrofe climática e ajudar aqueles que estão em risco.

Em 2015, no âmbito do Acordo de Paris, os países ricos concordaram em oferecer apenas US\$ 100 bilhões por ano até 2020. Em 2024, na COP29 em Baku, Azerbaijão, durante as negociações de uma Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG) sobre financiamento climático, os países ricos mais uma vez não responderam à necessidade urgente de trilhões em financiamento na forma de doações. Em vez disso, concordaram apenas com uma meta segundo a qual todos os países (inclusive os países em desenvolvimento do Sul Global) deverão “mobilizar” coletivamente US\$ 300 bilhões ao ano até 2035. Os países em desenvolvimento consideraram esse resultado uma decepção e uma traição. Tal quantia, além de estar longe de ser suficiente para o enfrentamento da crise, permite que as nações mais ricas e que mais contribuem para a degradação ambiental se esquivem de suas responsabilidades, transferindo obrigações a outros países. Além disso, **o sentido vago dado à “mobilização” na Nova Meta Coletiva Quantificada não previu qualquer dispositivo específico sobre financiamento na forma de doações, e isso provavelmente será usado para contabilizar astutamente todos os tipos de financiamento privado e instrumentos lucrativos na contabilidade do financiamento climático.**

De fato, o parco financiamento climático que os países do Norte Global fornecem aos países do Sul Global já ocorre, em sua maior parte (dois terços), na forma de empréstimos, em vez de financiamento na forma de doações. Isso não só é intrinsecamente injusto e lamentavelmente insuficiente para enfrentar a crise planetária, como também agrava o já profundo endividamento dos países mais vulneráveis às alterações climáticas e que menos contribuíram para causar o problema.

O endividamento internacional obriga os países de baixa renda a expandir sua produção de combustíveis fósseis e *commodities* agrícolas industriais para exportação, a fim de gerar divisas para o pagamento da dívida. Muitos governos também se veem forçados a priorizar a alocação dos escassos recursos públicos no pagamento de suas dívidas externas, desviando suas parcas reservas públicas do custeio de ações climáticas urgentes, como a transição para alternativas mais ecológicas ou a adaptação aos impactos futuros. Assim, a dívida é um dos principais

fatores que contribuem para as mudanças climáticas e agravam a vulnerabilidade climática. A insistência dos países ricos em contabilizar os empréstimos como parte de suas contribuições para o “financiamento climático”, em vez de fornecer financiamento público baseado em verdadeiras doações agrava o ciclo vicioso em que os custos dos desastres climáticos levam os países vulneráveis a se endividarem ainda mais. O dinheiro que deveria ajudar os países a reagir à crise climática não deveria agravá-la. Porém, é exatamente isso que vem ocorrendo.

A falta de ajuda financeira para ações climáticas é ainda mais alarmante quando comparada ao volume de recursos destinado às causas da crise climática. Verificou-se que o financiamento climático baseado em doações fornecido pelos países do Norte Global equivale a apenas 1/20 do montante médio de financiamento que os bancos concedem anualmente a atividades que envolvem combustíveis fósseis e agricultura industrial no Sul Global. A falta de doações reais para soluções no Sul Global significa que o setor de energia renovável recebe 40 vezes menos financiamento público do que o de combustíveis fósseis.

HORA DE TRANSFORMAR A DÍVIDA EXTERNA E A ARQUITETURA FISCAL

A arquitetura financeira internacional — controlada pelos países ricos do Norte Global, pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) — tem sido um fator importante que mantém os países de baixa renda em um ciclo permanente de crises da dívida, o que agrava ainda mais a crise climática. Recentemente, foram alcançados avanços importantes para a transferência da formulação de políticas fiscais globais do clube das nações ricas da OCDE para o âmbito de uma nova Convenção-Quadro da ONU sobre Tributação, que deverá entrar em vigor em 2027. Urge uma ação igualmente ousada em relação à dívida. As nações africanas vêm assumindo um protagonismo no pleito em prol da transferência do poder de decisão das condições profundamente desiguais ditadas pelo FMI e pelas nações credoras para uma nova Convenção-Quadro da ONU sobre Dívida Soberana. Enquanto não houver órgãos representativos que estabeleçam regras e diretrizes justas para impostos e dívidas, a arquitetura financeira global continuará a atuar como um fator que agrava tanto as crises da dívida quanto as climáticas.



Kathia planta banana, mandioca, batata-doce e outros vegetais usando a agroecologia para melhorar a produtividade do solo. «A agroecologia é realmente importante neste momento.»
CRÉDITO: Jean Oscar Augustin/ ActionAid

SEÇÃO 4: O FLUXO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA A TRANSIÇÃO JUSTA: O QUE OS DADOS RÉVELAM

O financiamento climático é um facilitador fundamental para a ação climática e a transição justa.

Grande parte da análise das complexas questões políticas relacionadas ao financiamento climático tem se centrado na lamentável falta de financiamento climático suficiente por parte dos países ricos e na frustrante constatação de que dois terços do financiamento climático é concedido na forma de empréstimos, em vez de doações.

No entanto, no que diz respeito ao impacto do financiamento climático, há outras questões a serem levantadas sobre quais atividades são (e quais não são) financiadas, bem como se o financiamento climático realmente basta para dar às pessoas um papel central na ação climática.

Ao se adotar medidas para redução das emissões, o foco nas necessidades das comunidades e dos trabalhadores não deve ser visto simplesmente como algo «bom de se ver». Planos climáticos cujo foco se restringe à contagem de carbono ou que não funcionam dentro da complexa realidade da humanidade muito provavelmente enfrentarão resistência e reações adversas.

As abordagens de transição justa devem, portanto, ser a base de grande parte — se não de todos — os esforços para redução das emissões. Quando se trata de ação climática, a transição justa é fundamental para abordar interesses, eliminar a resistência e alavancar as mudanças necessárias.

Porém, medidas fundamentais que são essenciais para abordagens de transição justa — tais como processos inclusivos e participativos, apoio à diversificação econômica, formação para novas oportunidades de emprego ou proteção social para compensar a perda de renda — muitas vezes não são reconhecidas como parte integrante dos processos climáticos. Na verdade, esses elementos essenciais muitas vezes não são considerados elegíveis para financiamento climático.

Neste relatório, analisamos as políticas e as propostas de financiamento dos dois maiores fundos multilaterais específicos para o clima do mundo, cujos dados estavam disponíveis publicamente: o Fundo Verde para o Clima (GCF) e os Fundos de Investimento Climático, para verificar até que ponto eles financiam e viabilizam transições justas.

POLÍTICAS PARCIAIS NO PAPEL, LACUNAS NA PRÁTICA: OS FUNDOS DE INVESTIMENTO CLIMÁTICO E O FUNDO VERDE PARA O CLIMA

Quando foram criados, nem o CIF nem o GCF tinham o mandato para usar o financiamento climático no apoio a transições justas. Foi só recentemente que acrescentaram iniciativas para explorar o conceito de transições justas e leva-las em consideração em alguns projetos. Atualmente, nenhum dos dois possui uma política abrangente que exija uma abordagem de transição justa para os setores de energia ou agricultura. (Este trecho aparece no início da seção na última versão enviada)

Os Fundos de Investimento Climático (CIFs) foram criados em 2008 a pedido dos países do G8 e do G20, sob a tutela do Banco Mundial. Existem dois CIFs: o Fundo de Tecnologia Limpa e o Fundo Estratégico para o Clima,

ii. O CIF e o GCF são os dois maiores fundos multilaterais para o clima cujos dados de projetos estão disponíveis publicamente para análise. O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) funciona como um mecanismo financeiro para seis convenções diferentes da ONU. Ele não foi incluído no escopo deste trabalho, pois não desagrega suficientemente os seus gastos climáticos entre a UNFCCC, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), a Convenção de Minamata sobre Mercúrio e o Acordo sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional (BBNJ); ademais, os documentos dos projetos não estão disponíveis publicamente de forma suficientemente consistente para permitir uma análise sistemática. As Parcerias para a Transição Energética Justa (JET-Ps) são um quadro plurilateral entre grupos de doadores e países beneficiários individuais. Os documentos dos projetos das JET-Ps não se encontram atualmente disponíveis publicamente de forma suficientemente consistente para permitir a sua análise.

cada um com vários subfundos. Os doadores comprometeram-se a contribuir com 12,5 mil milhões de dólares para os CIFs, sendo a maior parte desse montante destinada a 442 projetos de mitigação e adaptação em 81 países. Todos os projetos do CIF são levados a cabo exclusivamente por seis bancos de desenvolvimento: O Banco Mundial (WB), a Corporação Financeira Internacional (IFC), o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IADB).

É importante ressaltar que os CIFs foram concebidos como uma instituição provisória, para começar a canalizar financiamento climático até que um fundo climático multilateral adequado pudesse ser formalmente criado. Uma “cláusula de caducidade” incluída nos documentos que regem os CIFs deveria, portanto, ter desencadeado o encerramento dos CIFs assim que o Fundo Verde para o Clima da UNFCCC entrasse em funcionamento. De fato, essa tem sido uma exigência importante da sociedade civil devido às deficiências dos CIFs em termos de governança, prestação de contas e eficácia – muitas das quais decorrem do fato de estarem sediados no Banco Mundial.

Os seis grandes bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) através dos quais os CIFs canalizam fundos têm cada um o seu próprio conjunto de salvaguardas, nas quais os CIFs se baseiam para evitar falhas nos seus projetos. No entanto, mesmo as salvaguardas existentes muitas vezes não exigem a análise, o planejamento e o orçamento suficientes para proteção e inclusão de todos os grupos vulneráveis.

De fato, quando se trata do monitoramento e implementação de suas próprias políticas de salvaguarda, os bancos multilaterais de desenvolvimento têm um histórico de ignorar os riscos e impactos negativos. O histórico desastroso dos projetos de barragens hidrelétricas do Banco Mundial e da IFC são exemplos claros de falhas nas salvaguardas em projetos de energia “verde”. Apesar disso, a pressão para a construção de megaprojetos de barragens continua. Atualmente, encontra-se em andamento o projeto da barragem de Rogun, no Tajiquistão, além de outros quatro grandes projetos de barragens em andamento.

É urgente dar maior ênfase à implementação de projetos de energia eólica e solar, muito embora projetos de grande escala apresentem o risco de apropriação indevida de terras, especialmente devido à histórica falta de consultas adequadas às comunidades por parte do Banco Mundial. Conforme demonstra a análise do projeto de grande escala do parque eólico Taiba N'Diaye, no Senegal, as salvaguardas do Banco Mundial não foram suficientes para evitar impactos negativos nos meios de subsistência das comunidades ou para garantir a inclusão das mulheres na implementação do projeto.

No que diz respeito às questões de gênero, os CIFs ao menos dispõem de uma política de gênero abrangente que promove a integração da perspectiva de gênero e a inclusão de mulheres e homens nos projetos. Isso proporciona um nível de responsabilização um pouco mais forte do que a confiança nos bancos multilaterais de desenvolvimento para implementação de suas próprias salvaguardas de gênero. Apesar das políticas de gênero, no entanto, os bancos muitas vezes não conseguem garantir que as mulheres sejam incluídas e empoderadas.

Embora recentemente os CIFs tenham tomado medidas para o reconhecimento do papel da transição justa, nenhum deles possui uma política abrangente ou obrigatória de transição justa. O Fundo Estratégico para o Clima (SCF) recentemente adotou um conjunto de recursos e instrumentos, guia, ou caixa de ferramentas (toolbox), para a Transição Justa baseados em aportes da sociedade civil. As etapas sugeridas na Caixa de Ferramentas da Transição Justa são dignas de elogio e incluem a mobilização de partes interessadas, a análise de proteção social, mapeamento de impactos e oportunidades e combate às desigualdades. Infelizmente, a “Caixa de Ferramentas” não é uma política que os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) encarregados são obrigados a seguir. Ademais, como se aplica apenas ao SCF, não tem incidência nos muitos grandes projetos provenientes do Fundo de Tecnologia Limpa do CIF.

No entanto, as políticas dos MDBs não exigem que as abordagens de transição justa sejam parte integrante dos projetos. Nenhum dos seis maiores MDBs possui políticas abrangentes de transição justa que envolvam os setores de energia ou agricultura.

O Fundo Verde do Clima (GCF) foi criado pela UNFCCC em 2010 e iniciou suas atividades em 2015. Sua criação teve como objetivo a canalização de recursos de países ricos e desenvolvidos do Norte Global para ajudar os países em desenvolvimento na linha da frente da crise climática na adaptação aos impactos climáticos e redução

das emissões. A governança do GCF difere da existente no Banco Mundial e bancos multilaterais, uma vez que suas regras e alocações são decididas por todos os países sob a UNFCCC – incluindo os do Sul Global – e não apenas pelos países doadores ricos do Norte Global. A pressão exercida pela sociedade civil fez com que o GCF permitisse observadores da sociedade civil na sua governança, financiasse projetos «liderados pelos países» com base em soluções locais e viabilizasse o financiamento diretamente a organizações não governamentais regionais e subnacionais.

Até o momento, o GCF recebeu promessas de doações no valor de US\$ 33 bilhões. O órgão empenhou US\$ 18 bilhões para 362 projetos de mitigação e adaptação em 82 países. Os fundos do GCF podem ser canalizados por meio de uma variedade de entidades credenciadas – internacionais, nacionais ou subnacionais; do setor público, privado ou sem fins lucrativos/não governamentais. Até o momento, 153 organizações foram credenciadas pelo GCF, mas nem todas receberam financiamento. Muitas organizações menores consideraram o processo burocrático de credenciamento impossível de ser concluído. Consequentemente, os bancos multilaterais de desenvolvimento desempenham um papel mais importante no GCF do que a sociedade civil tinha inicialmente previsto.

O GCF possui uma Política Ambiental e Social e uma voltada para os povos indígenas muito semelhantes às do Banco Mundial e de outros bancos multilaterais de desenvolvimento. Essas políticas demandam esforços para considerar os impactos no meio ambiente e grupos marginalizados, bem como consulta às principais partes interessadas. No entanto, tais políticas não exigem o tipo de análise, inclusão, proteção social e apoio baseado em doações necessários para garantir transições justas nos setores de energia e agricultura.

Em vez disso, os projetos do GCF muitas vezes empoderaram o setor privado para que possa se tornar o maior beneficiário de projetos energéticos de grande escala e tendem a adotar abordagens de «agricultura climaticamente inteligente», muitas das quais requerem insumos e serviços do setor privado e são orientadas para os mercados internacionais, em detrimento do apoio à segurança alimentar regional e à soberania alimentar.

Um exemplo disso é o projeto *Thai Rice: Strengthening Climate-Smart Rice Farming* (Arroz tailandês: fortalecimento da agricultura climaticamente inteligente) do GCF, que vem sendo posto em prática pelos governos alemão e tailandês, com o apoio de grandes multinacionais de alimentos, como Mars, Olam e Pepsi. O projeto tem recebido fortes críticas por parte de agricultores tailandeses, ONGs e observadores da OSC do GCF.

Em lugar de trabalhar com sistemas agroecológicos e usar o conhecimento e a experiência locais para encontrar formas de reduzir o uso de combustíveis fósseis e as emissões de metano dos arrozais, o projeto está focado em incorporar os agricultores nas cadeias de abastecimento controladas por multinacionais. Como tal, depende de pacotes tecnológicos caros e incentiva os agricultores a pedir empréstimos adicionais para a compra dos insumos necessários. Esses insumos incluem novas sementes que produzem uma variedade de arroz comercializada internacionalmente como «arroz sustentável» por empresas como a Mars, substituindo as variedades de arroz preferidas pelas famílias tailandesas. Além disso, os agricultores afirmam que o uso de tecnologia cara de terraplanagem a laser pelo projeto reduz a quantidade de peixes que coexistem nos arrozais tradicionais e fornecem uma fonte vital de alimento para as comunidades agrícolas, bem como uma fonte de fertilizante natural a partir dos seus resíduos.

A atitude do projeto em relação aos agricultores e suas perspectivas transparece na avaliação de riscos ambientais e sociais. (p. 173), o qual descreve muitos agricultores tailandeses como «idosos e relutantes em abrir mão de antigas práticas». Uma avaliação mais precisa e orientada para uma transição justa poderia afirmar que o projeto corre o risco de aumentar a insegurança alimentar local, com a destruição de sistemas agroecológicos, além de privilegiar os agricultores mais abastados, ao mesmo tempo em que marginaliza ainda mais os agricultores mais pobres, especialmente aqueles que arrendam terras e podem ser deslocados pelo projeto.

Embora seja clara a necessidade de políticas institucionais progressistas, há uma falta de implementação ou monitoramento coerente e sistemático para garantir que seja posto em prática de forma ampla – particularmente no caso do Banco Mundial e dos MDBs que implementam o financiamento do CIF. O Instrumento de Governança do GCF inclui um dispositivo sobre monitoramento participativo, que pode ajudar a abordar algumas das preocupações. Porém, infelizmente, isso não vem sendo adotado na prática.

Isso significa que, por si só, as políticas institucionais, no papel, não servem como base suficiente para avaliar até que ponto o financiamento climático possibilita uma transição justa.

O QUE OS DADOS REVELAM SOBRE O MODO COMO O FINANCIAMENTO FLUI: O FINANCIAMENTO DO FUNDO VERDE PARA O CLIMA E DO FUNDO DE INVESTIMENTO CLIMÁTICO PARA AS TRANSIÇÕES JUSTAS

Para que se tenha um panorama mais completo do nível de apoio, na prática, do GCF e do CIF para as transições justas, realizamos uma análise quantitativa detalhada das propostas de financiamento de ambas as instituições para atividades de mitigação, com base em 10 indicadores-chave de processos e resultados de transição justa: processos participativos e inclusivos; financiamento direto de organizações sob a liderança de comunidades; apoio à diversificação econômica ou de meios de sustento; treinamento, apoio, educação e desenvolvimento de habilidades; proteção social e serviços públicos; financiamento na forma de doações; melhoria do acesso à geração de energia e alimentos; garantia e proteção de direitos; inclusão de gênero; e práticas transformadoras nos setores de energia e agricultura.

Esses elementos de transição justa são pontos cegos recorrentes nas políticas e financiamento climáticos. Se não forem especificamente mencionados e elaborados nas propostas de financiamento, é improvável que façam parte da teoria da mudança de um projeto, e tendem a ser esquecidos. Por exemplo, se um projeto não mencionar gênero em sua proposta de planejamento, isso significa que sofrerá de “cegueira de gênero” e certamente exacerbará ou, na melhor das hipóteses, manterá a desigualdade de gênero.

As análises das propostas de financiamento do GCF e do CIF nos dá uma boa noção das intencionalidades subjacentes aos fundos e dos projetos. Porém, é importante reconhecer que a análise das propostas não equivale a uma análise do que ocorre na prática. Na verdade, a maioria dessas propostas é redigida em nome dos governos por um punhado de consultorias especializadas, que conhecem o jargão e sabem atender aos requisitos formais, como se fossem uma mera questão de cumprir um tipo de checklist. De fato, o nível de envolvimento da comunidade na concepção e implementação de projetos é muitas vezes o menor possível — o que destacamos em nossa abordagem. Portanto, não fazemos nenhuma afirmação sobre até que ponto a transição justa é implementada na prática. Nossa análise se concentra em até que ponto o financiamento climático é alocado em projetos que refletem abordagens de transição justa. Realizamos essa análise com base na teoria da mudança de que tais informações podem ajudar a determinar os rumos e decisões futuras no que tange ao financiamento — e, em última instância, à sua prática e implementação.

Este estudo baseia-se em dados disponíveis publicamente online. O GCF e os CIFs devem, como regra, disponibilizar publicamente as propostas de financiamento e as informações sobre os projetos. No entanto, na prática, os CIFs não cumprem essa expectativa, limitando o acesso à informação. Reconhecemos ainda as limitações desta metodologia, baseada numa combinação de coleta de dados e revisão humana. Abordagens mais abrangentes e aprofundadas exigiriam muito mais tempo e recursos, seriam impraticáveis dentro do prazo do estudo e não seriam proporcionais às conclusões esperadas ou à relevância da defesa dos direitos.

CAIXA 5: O ESCOPO DE NOSSA PESQUISA EM TRANSIÇÃO JUSTA: PROJETOS DE MITIGAÇÃO & PROJETOS TRANSVERSAIS

O conceito de transição justa ganhou força em resposta às preocupações que surgiram quando os esforços voltados para a redução dos gases de efeito estufa não se concentraram suficientemente nas necessidades das pessoas. **O escopo desta pesquisa busca, portanto, o enfoque nos projetos do GCF e do CIF relacionados à mitigação (inclusive, nas atividades que são transversais tanto à mitigação quanto à adaptação).**

Obviamente, percebemos que muitos dos elementos da transição justa também têm relevância para os esforços de adaptação, e que a transição justa nunca deve se dar em detrimento da adaptação. No entanto, os esforços de adaptação — muito embora, evidentemente, não sejam universalmente perfeitos — tendem a centrar-se mais especificamente na satisfação das necessidades alimentares e de subsistência das comunidades, não priorizando os esforços de redução dos gases de efeito estufa em detrimento dessas preocupações. Como tal, nossa análise concentra-se no risco que a mitigação desprovida de uma transição justa representa para os direitos alimentares e de subsistência. Na verdade, as abordagens de adaptação — particularmente a Adaptação Liderada Localmente (LLA) — têm muito a ensinar em termos da definição de transições justas.

Indicadores da transição justa par o financiamento climático

PROCESSO

1	Processos inclusivos e participativos A fim de ajustar as ações climáticas ao atendimento das necessidades das pessoas, as transições justas utilizam processos participativos – inclusive o diálogo social – como um primeiro passo para envolver sindicatos, trabalhadores, mulheres, jovens e comunidades no processo de planejamento. Isso dá às pessoas que podem estar em risco de perder essa oportunidade a opção de construir futuros alternativos e melhores e de identificar as formas de apoio de que necessitam para efetuar uma transição bem-sucedida.
2	Financiamento direto de organizações lideradas por comunidades Quando o financiamento climático é destinado a organizações lideradas por comunidades, isso empodera as pessoas envolvidas e afetadas pelos projetos para a concepção e implementação de atividades que respondam às suas necessidades e desafios específicos. O financiamento direto contribui mais para o fortalecimento das capacidades locais, protagonismo e empoderamento, além de melhorar a eficácia dos projetos e do financiamento climático. O financiamento direto é mais adequado para transições justas do que o financiamento destinado a instituições internacionais ou nacionais que não possuem raízes locais, mas que atualmente são destinatárias da maior parte do financiamento climático.
3	Apoio à diversificação econômica ou dos meios de subsistência Quando atividades como a eliminação gradual dos combustíveis fósseis ou a mudança das práticas agrícolas afetam os empregos ou a renda, as transições justas integram planos que fornecem às pessoas apoio no processo de transição para alternativas — esperamos, melhores — de sustento. Isso pode incluir desde intervenções que visam indivíduos a iniciativas distritais/regionais para alavancar novas oportunidades econômicas em âmbito local.
4	Formação, apoio, educação e capacitação A formação, educação e capacitação são componentes essenciais do apoio que as transições justas proporcionam a trabalhadores, mulheres, jovens e comunidades à medida que deixam de depender dos combustíveis fósseis, da agricultura industrial ou de outros setores prejudiciais ao clima e passam a fazer uso cada vez maior de melhores alternativas de sustento para um futuro seguro do ponto de vista climático.
5	Proteção social e serviços públicos Os trabalhadores precisam ouvir certezas, não promessas vagas. As redes de segurança devem oferecer proteção social, por exemplo, na forma de apoio financeiro, transferências de renda, ou empregos, garantias de paridade de salário ou benefícios, para que estes e a comunidade possam fazer a transição por meios de subsistência que podem levar a redução temporária da renda. Serviços públicos universais de educação, saúde e outros setores também podem desempenhar um papel fundamental no apoio às comunidades na transição para novas oportunidades.
6	Financiamento na forma de doações As transições justas visam garantir que as ações climáticas forneçam o apoio necessário às comunidades locais, inclusive por meio de planejamento inclusivo, treinamento e proteção social, para que elas possam realizar uma transição bem-sucedida. Essas atividades precisam ser financiadas por meio de doações, pois empréstimos ou outros instrumentos que não sejam doações tendem a aprofundar as armadilhas da pobreza para as comunidades ou governos e são inadequados para o financiamento climático.

RESULTADOS

7	Melhor acesso à energia e aos alimentos As intervenções nos setores de energia e agricultura não devem ignorar ou agravar a dificuldade de acesso à energia ou a alimentos seguros, nutritivos e a preços módicos por pessoas que vivem na pobreza. As transições justas nestas áreas serão, portanto, concebidas para atender às necessidades de segurança alimentar e energética das pessoas que vivem na pobreza, melhorando o seu acesso à energia e aos alimentos.
8	Garantia e proteção de direitos As transições justas conferem aos direitos das pessoas papel central no planejamento, evitando o risco de que as ações climáticas prejudiquem direitos, inclusive o direito à terra ou a alimentos. Por exemplo, projetos climáticos que envolvem terras e que podem afetar seu acesso pelas comunidades devem garantir seu Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC).
9	Inclusão de gênero Quando as perspectivas das mulheres são ignoradas, os resultados quase sempre exacerbam a desigualdade de gênero, fazendo com que elas enfrentem maiores barreiras e encargos mais pesados. As intervenções climáticas devem, portanto, ter planos e abordagens específicos e abrangentes para a inclusão de gênero, a fim de garantir que as perspectivas das mulheres sejam levadas em conta e abordadas como um elemento integral da ação climática.
10	Práticas transformadoras nos setores de energia ou agricultura Para se qualificar como uma transição justa nos setores de energia e agricultura, as intervenções climáticas devem envolver mudanças sistêmicas que visem descontinuar o uso dos combustíveis fósseis e/ou ampliar ou uso de energias renováveis; ou abandonar a agricultura industrial que causa danos ao ambiente e adotar abordagens que trabalhem em prol da natureza, ao invés de contra ela, como a agroecologia ou a agrossilvicultura.

Para contar como transição justa, os projetos devem pontuar de forma positiva nos 5 indicadores a seguir:

- Processo participativo e inclusivo
- Perspectiva de Gênero
- Práticas transformadoras nos setores de energia ou agricultura
- Além de, no mínimo, dois outros.

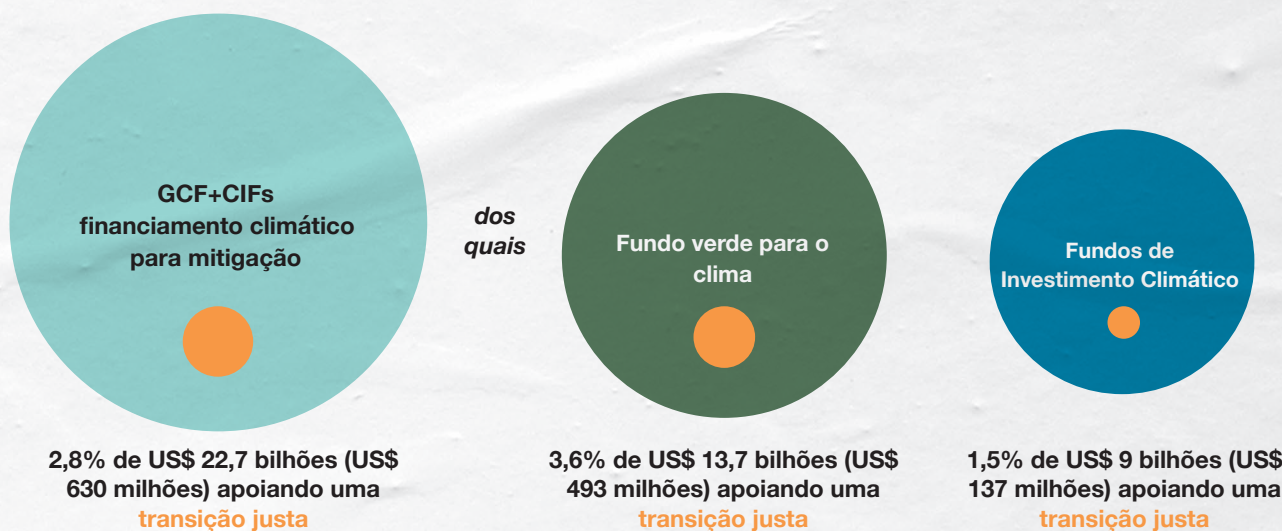
A análise da ActionAid dos dados disponíveis sobre os fluxos dos fundos climáticos multilaterais para projetos de mitigação e projetos transversais do GCF e do CIF revela um nível alarmante de subfinanciamento das transições justas.

- **Apenas 2.8% fundos climáticos multilaterais (USD 493 milhões) apoiam abordagens de transição justa, com apenas US\$630 milhões ao longo de mais de uma década.**
- **Isso significa que apenas 1 de cada 35 dólares foram gastos no apoio à transições justas.**
- Menos de 1 entre os 50 projetos de mitigação (1.9%) apoiados pelo GCF e pelo CIF demonstraram de fato ouvir e apoiar trabalhadores, mulheres e comunidades por meio da transição justa.
- Quase todos os projetos de transição justa foram financiados por meio do GCF, dos quais, menos de 1 entre os 18 projetos cumpriram de forma adequada os critérios de transição (10 entre 178 projetos, ou 5.6%). Apenas 2 entre 466 projetos do CIF (0,4%) apoiaram a transição justa.
- O bilionário Jeff Bezos gastou mais na compra e operação de seu super iate 81 do que o total gasto em transição justa pelos fundos climáticos multilaterais em todo o Sul Global.

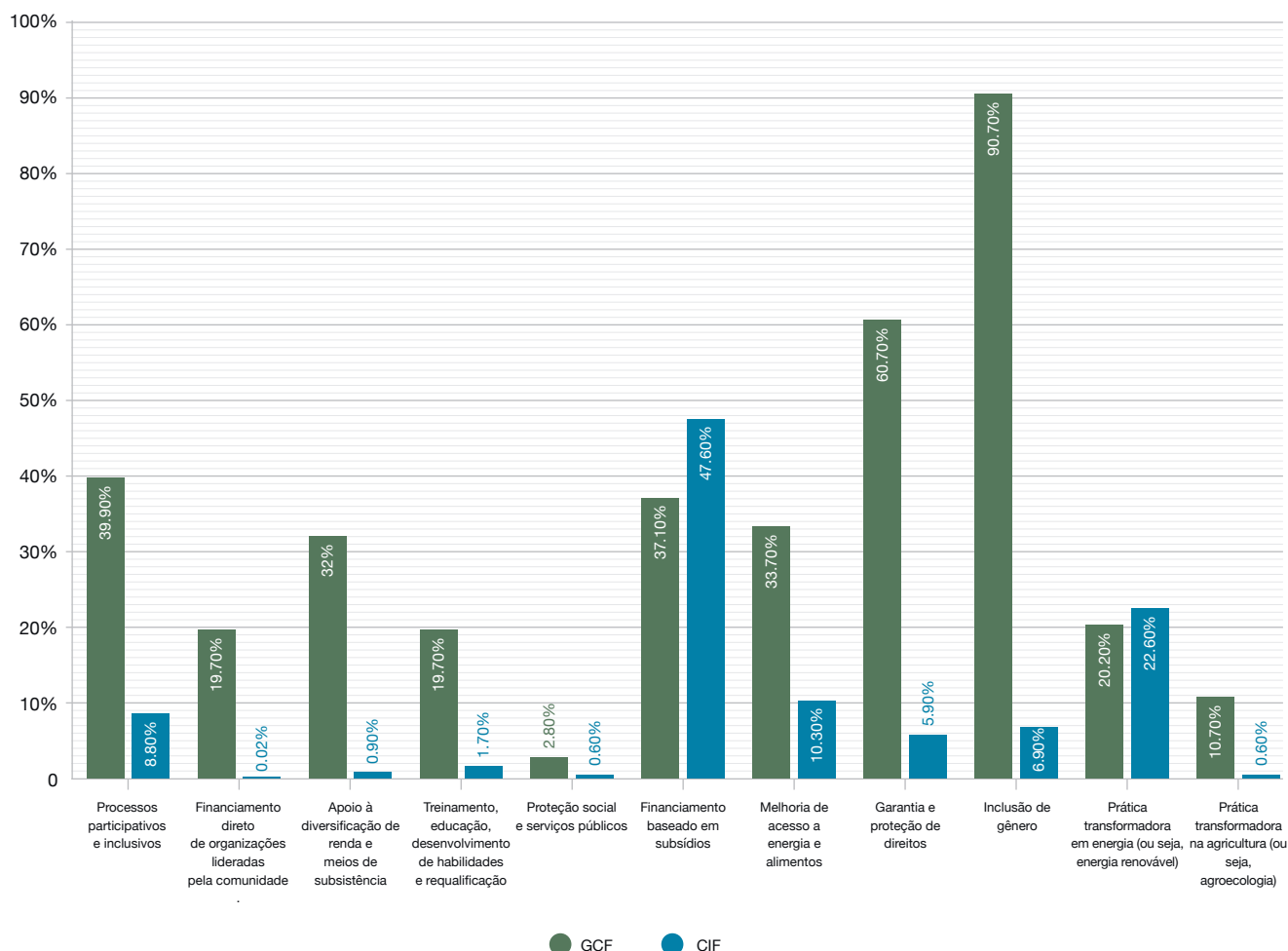
Os fluxos do financiamento climático claramente falham ao não reconhecer ou apoiar a necessidade de uma transição justa na ação climática, além de não darem a devida prioridade à participação, direitos ou meios de subsistência das pessoas.

As medidas do GCF têm se revelado muito aquém do necessário para apoiar a transição justa, com menos de 1 em cada 50 de seus projetos ouvindo e apoiando trabalhadores, mulheres ou comunidades nas transições climáticas, demonstrando ação efetiva em pelo menos 5 dos 10 indicadores de transição justa. Apenas 3 projetos obtiveram pontuação positiva em 7 dos 10 indicadores.

Apesar da pontuação decepcionante, os projetos do GCF ainda demonstraram um compromisso bem maior com os princípios da transição justa do que os do CIF.



% das propostas de projetos de mitigação do GCF e do CIF alinhadas com os indicadores de transição justa



O fracasso dos CIFs no apoio prático à transição justa foi praticamente total, com apenas duas das propostas de projeto disponibilizadas publicamente baseadas em transição justa. Os CIFs têm um desempenho particularmente ruim em quase todos os indicadores de justiça social, além de não adotarem medidas importantes para exigir a elaboração de atividades específicas nos planos.

Outros achados revelados pelos dados incluem:

Transparência: A transparência é fundamental para a prestação de contas. No entanto, os CIFs foram extremamente decepcionantes no que diz respeito à transparência. Menos de um terço (30,5%) dos seus projetos de mitigação tinham “notas explicativas” detalhadas acessíveis na base de dados dos CIFs, o que limitou o potencial de escrutínio ou prestação de contas. Nos casos em que as notas explicativas não estavam disponíveis, nossa análise se baseou nas informações resumidas dos projetos. Mesmo nos casos em que os documentos estavam disponíveis, os CIFs obtiveram pontuações baixas em áreas-chave. As diretrizes dos CIFs sobre transparência e divulgação de informação estabelecem que as informações sobre os projetos devem ter publicidade, e que a não divulgação de informações só deve ocorrer “em casos excepcionais”. Contudo, ao que parece, as circunstâncias excepcionais praticamente se tornaram a regra, e o CIF não segue suas próprias orientações acerca da transparência.



Participação: A participação e consulta relevantes continuam ausentes em mais da metade dos projetos do GCF, enquanto praticamente inexistem nos projetos dos CIFs. Se as perspectivas dos trabalhadores e das comunidades envolvidas, especialmente das mais vulneráveis, não forem priorizadas na concepção, no planejamento e na implementação, corre-se o risco de se adotar uma abordagem que ignora e prejudica a ação climática, o que pode comprometer a credibilidade, o apoio e o impacto positivo esperado.

Financiamento direto: Considerando que o GCF foi criado com o objetivo de viabilizar níveis mais elevados de acesso direto do que os MDBs, seu reduzido apoio às instituições locais (20%) revela-se algo decepcionante. Os CIFs não reconhecem o valor do financiamento de acesso direto, tendo apenas 1% dos seus projetos de mitigação apoiando tal abordagem.

Apoio à diversificação econômica ou dos meios de subsistência: Cerca de um terço dos projetos de mitigação e projetos transversais do GCF reconhecem a necessidade de apoio às comunidades para que possam diversificar suas oportunidades de subsistência como parte das intervenções climáticas. O CIF, lamentavelmente fracassa ao não reconhecer a importância de ações climáticas centradas nas pessoas para que possam proteger ou melhorar suas alternativas de meios de vida.

Formação e requalificação: Os sistemas de financiamento do GCF e do CIF falham ao darem a devida importância ao valor da formação e requalificação de trabalhadores, agricultores, mulheres, jovens ou comunidades, e deveria fazer mais para incentivar este aspecto. Atualmente, menos de 20% dos projetos do GCF incluem ações de capacitação diretamente às comunidades, agricultores ou PME. Em vez disso, os projetos incluem atividades voltadas para a capacitação institucional. No entanto, o desenvolvimento de capacidades institucionais, por si só, não atende à necessidade das comunidades, particularmente das mulheres e dos jovens, bem como dos trabalhadores, de receber suporte na transição para melhores alternativas de subsistência. Em vez disso, corre-se o risco de se adotar uma abordagem descendente, que ignora o papel de uma transição centrada nas pessoas. De fato, menos de 2% dos projetos do CIF reconhecem o valor da formação, requalificação ou de construção de competências como forma de se viabilizar transições justas.

Proteção social: Nem os projetos do GCF nem os do CIF alocam recursos financeiros para a proteção social, com menos de 4% dos projetos em ambos os fundos apresentando atividades viáveis, como incentivos econômicos. Embora vários projetos reconheçam a proteção social como um elemento importante para apoiar agricultores e comunidades, isso é frequentemente deixado de lado, como uma questão de política pública fora do escopo do projeto. No entanto, se a proteção social não for implementada simultaneamente às intervenções climáticas, isso deixa trabalhadores, agricultores e comunidades por sua própria conta, tendo que arcar com os riscos de perda de renda decorrentes das intervenções climáticas. Tal lacuna pode alimentar a relutância ou resistência às intervenções climáticas entre as comunidades-alvo.

Perspectiva de gênero: Menos de 7% dos projetos de mitigação do CIF refletem os princípios da perspectiva de gênero, um padrão extremamente preocupante que provavelmente contribui para o agravamento da desigualdade de gênero. Entretanto, em grande parte graças à luta por direitos de organizações da sociedade civil, o GCF hoje exige que cada proposta inclua um Plano de Ação de Gênero (GAP). Assim, 90% dos projetos do GCF sobre mitigação apresentam planos com perspectiva de gênero. É importante notar que a existência dos GAPs é necessária, mas, por si só, não bastam para garantir a perspectiva de gênero na prática. Esta metodologia não foi capaz de avaliar os pontos fortes e fracos dos GAPs, nem sua implementação na prática.

Agroecologia: 28% dos projetos de mitigação do GCF no setor da agricultura apoiam abordagens genuinamente transformadoras, como a agroecologia. Isso indica que as práticas agroecológicas vêm sendo adotadas com entusiasmo por muitos países e estão dando provas de sua eficácia tanto na redução das emissões quanto no fortalecimento da resiliência dos agricultores. Os projetos do CIF no setor da agricultura, no entanto, são quase inteiramente baseados em abordagens de agronegócio capitaneadas por empresas, que provavelmente não trarão benefícios significativos para o clima, além de exercerem maior controle sobre os agricultores.



Financiamento na forma de doações: É com muita decepção que se constata que apenas 35% dos projetos do GCF recebem atualmente 100% de financiamento baseado em doações e menos de 40% dos projetos recebem até 75% de financiamento baseado em doações. No caso dos CIFs, esse percentual alcança pouco menos de 50% para todos os projetos. A base do financiamento climático deve ser na forma de doações para garantir que as comunidades e os países na linha de frente da crise climática não caiam na armadilha da pobreza causada por um ciclo de endividamento.

Tabela 1: Alinhamento das propostas de projetos e financiamento do GCF e do CIF com a transição justa

	GCF Total = US\$ 13.7 bilhões		CIF Total = US\$ 9.0 bilhões			
	Total de 178 projetos de mitigação e transversais		466 projetos de mitigação e transversais, incluindo os sem 'cover page' (sem duplicatas)		142 projetos de mitigação e transversais com 'cover page' disponível online (sem duplicatas)	
Indicadores dos processos						
Processos participativos e inclusivos*	40% dos projetos		9% dos projetos		29% dos projetos	
Financiamento direto de organizações lideradas pelas comunidades	20%		0.2%		0.7%	
Apoio para diversificação da renda e dos meios de subsistência	32.0%		0.9%		3%	
Treinamento, educação, capacitação & requalificação	20%		2%		6%	
Proteção social e serviços públicos	3%		0.6%		2%	
Financiamento na forma de doações	37%		48%		52%	
Indicadores de resultados						
Melhora do acesso à energia e alimentos	34%		10%		28%	
Garantia e proteção de direitos	61%		6%		11%	
Perspectiva de gênero*	91%		7%		22%	
Práticas transformadoras no setor de energia (exemplo, energia renovável*)	20%	31%	23%	23%	25%	27%
Práticas transformadoras nos setores de agricultura (por exemplo, agroecologia)*	11%		0.6%		2%	
Projetos que pontuaram nos 3 indicadores obrigatórios + 2 outros	10 GCF projetos que contam como de transição justa		0 (zero) projetos do CIF contam como sendo de transição justa			
	5.6% dos projetos do GCF contam como sendo de transição justa		0,4% projetos do CIF contam como sendo de transição justa			
	3,6% do financiamento do GCF apoiam transições justas		1,5% do financiamento do CIF apoiam transições justas			
	US\$ 493 milhões		US\$ 137 do financiamento do CIF apoiam transições justas			

*Indicadores que são obrigatórios para as transições justas

SEÇÃO 5: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES – O CAMINHO A SEGUIR

CONCLUSÕES

As abordagens de transição justa para a ação climática são absurdamente subfinanciadas. Apenas um dólar em cada 50 do financiamento climático é gasto no apoio a transições justas.

As conclusões assustadoras deste relatório devem servir como um alerta para colocar as ações climáticas no rumo certo, de modo a realmente beneficiar as pessoas.

Esses achados surgem num contexto de uma ação global que se mostra incapaz de abandonar os combustíveis fósseis e a agricultura industrial prejudicial em favor de soluções reais para os sistemas energéticos e alimentares. A ação climática enfrenta obstáculos que incluem a captura corporativa das políticas e a falta de financiamento climático. Cada vez mais, as preocupações de que as intervenções climáticas possam ameaçar os empregos das pessoas, o acesso à terra ou a alimentos e energia a preços acessíveis vêm sendo exploradas para fazer crescer a resistência e o ceticismo climático.

O conceito de transição justa vem ao encontro dos desafios do momento político atual e representa uma evolução vital e oportuna na ação climática, conferindo às necessidades das pessoas um papel central no planejamento. É chegada a hora de a ação climática aprender lições importantes, garantindo a participação das pessoas no planejamento e fornecendo o apoio adequado para a proteção dos direitos e viabilização de oportunidades positivas. Nossa análise demonstra, no entanto, que os fluxos do financiamento climático até a presente data não têm apoiado suficientemente as medidas e os sistemas de suporte social inerentes a transições justas e a ações climáticas bem-sucedidas.

A participação e inclusão das comunidades potencialmente afetadas devem ser um passo inegociável para uma ação climática centrada nas pessoas. Os resultados mostram apenas um envolvimento moderado com as comunidades e os trabalhadores afetados pelos projetos do GCF, e um nível extremamente baixo de processos participativos e inclusivos por parte dos CIFs. É evidente que ainda estamos muito aquém do que é necessário. São necessários projetos de transição justa concebidos em torno de um envolvimento relevante para que se possa garantir que as propostas se baseiem nas necessidades, interesses e potencial das comunidades locais — e não apenas na experiência de um punhado de consultorias internacionais que conhecem o jargão certo e os requisitos formais a serem cumpridos, como num tipo de *checklist*. A participação inclusiva deve ser iterativa e não uma atividade pontual.

Apesar da sua missão de facilitar um maior acesso direto ao financiamento, a nossa avaliação demonstra que o financiamento direto a organizações lideradas pelas comunidades não é a prática usual para os projetos do GCF, representando menos de 20% dos projetos. Em vez disso, a carteira do GCF segue altamente concentrada em entidades internacionais (até 80% em 2023) e, nesse contexto, a maioria são MDBs. O CIF é o único fundo climático multilateral que trabalha exclusivamente com MDBs como agências de implementação e, como tal, fracassa, como era de se esperar, ao não proporcionar acesso direto, com quase nenhum projeto baseado nessa abordagem.

O financiamento climático alinhado à transição justa deve **enfrentar e não exacerbar as desigualdades**. No contexto dos setores de energia e agricultura, os projetos devem ter como objetivo abordar a segurança alimentar e as necessidades energéticas das pessoas que vivem na pobreza, melhorando o acesso à energia e alimentos.

Apenas um terço dos projetos do GCF atualmente incorporam um aumento do acesso à energia ou a alimentos por trabalhadores e comunidades, enquanto os CIFs o fazem em apenas um décimo dos seus projetos. A salvaguarda dos direitos deve ser um elemento absolutamente inegociável em qualquer projeto climático. No entanto, apenas 60% dos projetos do GCF apresentam planos para garantir e proteger os direitos das pessoas – uma conclusão profundamente decepcionante. Surpreendentemente, apenas 6% dos projetos do CIF lograram demonstrar esforços intencionais nessa área.

As mulheres não só são afetadas de forma desproporcional pelas mudanças climáticas, como também são sistematicamente excluídas dos sistemas econômicos atuais. Para estarem alinhados a uma transição justa, os projetos devem incluir planos e abordagens específicos e abrangentes para a perspectiva de gênero, garantindo que os pontos de vista das mulheres sejam levados em consideração e abordados como elemento que faz parte da ação climática. Nossos dados revelam que mais de 90% dos projetos do GCF atualmente descrevem Planos de Ação de Gênero (GAPS), o que é um resultado muito bem-vindo. No entanto, o GCF também deve garantir que a perspectiva de gênero seja algo que ocorra na prática e não permaneça como palavras vazias, nas quais os resultados dos projetos exacerbam a desigualdade de gênero e deixam as mulheres enfrentando sozinhas maiores barreiras e encargos. Os CIFs falham novamente nesse aspecto, com menos de 7% dos projetos abordando as mulheres no planejamento das ações.

Planos e conjunto de políticas abrangentes são essenciais para garantir que as pessoas recebam o apoio e os recursos necessários e tenham condições de fazer a transição para alternativas mais ecológicas. No âmbito dos projetos de mitigação, isso inclui apoio à diversificação econômica ou dos meios de subsistência, requalificação e educação, além de políticas de proteção social. Nossos dados revelam que, atualmente, o GCF não prioriza essas abordagens em seus projetos. Enquanto isso, o fracasso constante do CIF em abordar qualquer uma dessas questões de justiça social, aliado a uma expressiva falta de transparência, coloca em questão seu papel como fundo climático que trabalha com e para as pessoas.

Em última análise, transições justas são capazes de gerar as **mudanças sistêmicas tão necessárias para as pessoas, a natureza e o clima**, delineando ações transformadoras reais que passem ao largo dos setores controlados pelas empresas de combustíveis fósseis e agricultura industrial, os quais vêm arrastando o planeta para a beira do abismo, além de explorar impiedosamente as comunidades em busca de lucros consolidados. A energia renovável e a agroecologia centradas nas pessoas são abordagens que promovem a independência da comunidade em relação ao controle corporativo, atende às necessidades das pessoas em termos de alimentos e energia e, ao mesmo tempo, abordam a crise climática. Como tais, oferecem uma enorme esperança para o nosso futuro comum.

Os princípios da transição justa devem agora assumir um papel central nos esforços climáticos, inclusive nas políticas nacionais, na UNFCCC e no financiamento climático. Os achados deste relatório demonstram que o financiamento não flui para uma transição justa, mas as lacunas também apontam para um potencial animador em termos de melhoria, de ampliação da ação climática que é verdadeiramente impulsionada pelas pessoas.

RECOMENDAÇÕES

Financiamento climático para transições justas

- O Fundo Verde do Clima vem tomando medidas moderadas, e inadequadas, para incorporar a participação e os direitos das pessoas na implementação de seus projetos. O Fundo pode e deve fazer muito mais para impulsionar consistentemente todas essas áreas e fortalecer suas políticas e alocações de recursos para viabilizar transições justas. Medidas urgentes devem incluir orientações, alocações e formatos de propostas que apoiem ativamente os trabalhadores e as comunidades para realizar transições justas — como a diversificação de meios de subsistência, treinamento e requalificação profissional e proteção social. O aumento dos níveis de financiamento na forma de doações será fundamental para a implementação desses mecanismos de apoio. Além disso, o incremento das alocações de Acesso Direto às instituições locais, bem como a exigência da participação da comunidade local no planejamento serão essenciais para facilitar processos de transição justos que envolvam e atendam às necessidades das comunidades locais.

- O fracasso dos **Fundos de Investimento Climático** em apoiar quaisquer projetos de transição justa, bem como seu fraco desempenho frente a maioria dos indicadores de transição justa ilustram clara e quantitativamente a forma como sua governança, sob a liderança dos países doadores e bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs), tem dificuldade em dar às necessidades das comunidades um papel central. Os conjuntos de políticas do CIF e dos MDBs responsáveis pela sua implementação são insuficientes para garantir uma transição justa ou abordagens centradas nas pessoas, com a implementação de salvaguardas que provam ser inconsistentes na prática. Embora tenham sido tomadas medidas recentes para o desenvolvimento de um conjunto de ferramentas (*toolbox*) de transição justa para um dos seus subfundos, a utilização deste conjunto de ferramentas — bem como as medidas sugeridas para buscar a participação das comunidades — continua a ser opcional. No entanto, dadas as deficiências fundamentais expostas por tais conclusões, a nossa recomendação é que os CIFs sejam extintos, tal como inicialmente previsto. Os CIFs receberam recentemente financiamento extra dos países desenvolvidos. Quaisquer projetos novos ou existentes devem centrar-se na participação das comunidades e dos trabalhadores e incluir um acompanhamento rigoroso para garantir que os direitos sejam respeitados e os princípios de transição justa seguidos.
- **O financiamento climático**, particularmente o financiamento climático na forma de doações, deve ser ampliado a partir dos níveis insuficientes atuais. Os países ricos do Norte Global devem reconhecer que a sua contribuição cumulativa e histórica para as emissões que aquecem o planeta hoje implica na responsabilidade de cobrir os custos das ações climáticas nos países do Sul Global que sofrem o impacto mais intenso, além de fornecer a sua justa cota nesse processo. O recente Parecer Consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) corrobora essa responsabilidade. São necessários trilhões de dólares anuais em financiamento climático na forma de doações para cobrir os custos de colocar o planeta na rota de um futuro seguro.
- **O financiamento público na forma de doações** deve ser ampliado para formar a base e a maior parte do financiamento para transições justas. Os governos podem direcionar o financiamento público de modo que os recursos atendam ao interesse público, e isso é necessário para cobrir os custos das medidas sociais necessárias envolvidas na transição justa — inclusive planejamento participativo, requalificação profissional, diversificação econômica, proteção social, serviços públicos e salvaguarda de direitos. Por outro lado, os instrumentos do financiamento privado (inclusive empréstimos bancários e investimentos corporativos) são inerentemente voltados para a priorização dos lucros dos investidores e intrinsecamente inadequados para os aspectos que envolvem o apoio social a uma transição justa. É evidentemente falsa a retórica que sustenta ser possível mobilizar financiamento privado suficiente para “preencher a lacuna do financiamento climático” se o financiamento público for desviado para “reduzir o risco” dos investimentos, dada a experiência generalizada de mobilizações insignificantes geradas até o momento, apesar da grande redução do risco público.
- **O Mecanismo de Ação de Belém (BAM)**, proposto no âmbito do Programa de Trabalho para uma Transição Justa (JTWP) da UNFCCC na COP30, tem um papel fundamental a desempenhar como aspecto que pode influenciar a forma como o financiamento climático é alocado e gasto para melhor apoiar transições justas. O BAM pode estruturar as recomendações voltadas para os mecanismos financeiros multilaterais e fluxos financeiros bilaterais, a fim de reconhecer o valor das abordagens de transição justa — inclusive as medidas sociais que têm sido historicamente subfinanciadas — para que os fluxos de financiamento possam fazer muito mais no apoio e impulsionamento de ações climáticas centradas nas pessoas.

Políticas para a promoção de transições justas

- **As políticas nacionais** voltadas aos setores de energia, agricultura e indústrias extrativas devem reduzir gradativamente os combustíveis fósseis e a agricultura industrial prejudicial, além de acelerar a transição para energias renováveis, agroecologia e fornecimento responsável de minerais. Estas atividades devem ser guiadas por abordagens de transição justa que incluam processos participativos, bem como o apoio a trabalhadores, mulheres e comunidades, para que possam participar na transição para economias e meios de subsistência seguros para o clima. Os planos climáticos nacionais, conhecidos como Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que todos os governos deveriam ter atualizado no início deste ano, têm um enorme potencial para dar à justiça social um papel central na ação climática, tornando a transição justa um elemento central da abordagem.

- **As políticas subnacionais** e o processo de planejamento são cruciais para o sucesso das transições justas, uma vez que os meios de subsistência dos trabalhadores, agricultores e comunidades são frequentemente moldados pelas estratégias econômicas locais e regionais. Os governos locais costumam demonstrar maior capacidade de reunir, ouvir e responder às necessidades das comunidades, e as próprias comunidades muitas vezes consideram os governos locais mais receptivos e acessíveis do que os governos nacionais. As estratégias nacionais de transição justa devem, portanto, fortalecer as sinergias com as entidades subnacionais, a fim de melhor se envolver com as comunidades e refletir suas necessidades, além de oferecer apoio (como treinamento, suporte à diversificação econômica e de meios de subsistência ou proteção social). Muitos governos já colaboram com governos subnacionais e grupos comunitários na estruturação e implementação da Adaptação Liderada Localmente (LLA), e tal colaboração fornece lições valiosas para a implementação de abordagens de transição justa.
- **Reformulação e transferência dos subsídios públicos** do apoio aos combustíveis fósseis e agricultura industrial para soluções climáticas centradas nas pessoas tem um enorme potencial de aceleração da ação climática. Para proteger as necessidades das pessoas, especialmente das pessoas marginalizadas e de baixa renda, a reformulação das políticas de subsídios deve ser guiada por princípios de transição justa, valores progressistas e uma sequência cuidadosa de intervenções. Antes mesmo de se pôr em prática as intervenções, deve já estar em vigor um processo de comunicação com clareza, envolvimento das comunidades, alternativas e treinamento voltados à energia, alimentação e meios de subsistência acessíveis, além de mecanismos de proteção, inclusive esquemas de compensação e redes de segurança social.
- **As negociações climáticas da UNFCCC na COP30** devem chegar a um consenso acerca de um novo **Mecanismo de Ação de Belém (BAM)** com vistas a uma transição justa global no âmbito do Programa de Trabalho para uma Transição Justa (JTWP). Embora a maioria dos resultados da transição justa serão determinados em âmbito nacional e local, a cooperação internacional será um fator essencial para sua concretização.
- O BAM proposto deve adotar uma abordagem que englobe todo o setor econômico, inclusive o de energia, agricultura e minerais, além de identificar princípios e elementos-chave de uma transição justa para guiar ações climáticas que respondam às necessidades e vozes de trabalhadores, mulheres, jovens e comunidades. Um mecanismo global abrangente pode responder aos esforços fragmentados: acompanhando, coordenando e alinhando as ações dentro e fora do âmbito da UNFCCC, além de construir uma rede global de *aprendizagem compartilhada* e colaboração, *dando suporte à implementação* das ações, tornando a transição justa mais elegível para financiamento, capacitação e transferência de tecnologia, bem como encontrando caminhos para enfrentar as barreiras à transição justa, como o comércio, investimento e dívida.



Mulheres de Areial, Paraíba participam da 15ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia em comemoração dos impactos transformadores da agroecologia em suas vidas.
CRÉDITO: Gêssica Amorim/ ActionAid

ANEXO: RESUMO DA METODOLOGIA

Escolha do projeto

Foram selecionados dois fundos para análise, tendo em vista sua relevância para a mitigação das mudanças climáticas e necessidade de implementação dos princípios da Transição Justa: O Fundo Verde do Clima (GCF) e os Fundos de Investimento Climáticos (CIFs).

O GCF é a entidade operacional do mecanismo financeiro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). O fundo financia projetos voltados a ações de mitigação, adaptação e transversais. Até 2025, o GCF já havia fornecido US\$ 13 bilhões por meio de empréstimos e doações, além de ter co-financiado outros US\$ 42 bilhões, incluindo, também, empréstimos e doações.

O GCF tem um total de 314 projetos aprovados, com 178 projetos nos temas “mitigação” ou “transversal”, que faziam parte do escopo deste relatório. Os projetos na temática “adaptação” foram excluídos, pois consideramos que não representam necessariamente a demanda de implementação de uma transição justa. Foram selecionados como a documentação do projeto para constar na análise a página do projeto na *internet*, os documentos de aprovação e um plano de ação de gênero.

Total de projetos financiados pelo GCF	Total de projetos no escopo deste relatório	Percentual de projetos com documentação disponível
314	178	100%

Os CIFs canalizam financiamento através de seis bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) para atividades de consultoria a montante e investimento a jusante, voltadas para apoiar a ação climática. São parceiros de implementação dos investimentos dos CIFs o Grupo Banco Mundial, inclusive a Corporação Financeira Internacional, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os CIFs são compostos por dois fundos: o Fundo de Tecnologia Limpa (CTF) e o Fundo Estratégico para o Clima (SCF), ambos apoiando diferentes programas focados em áreas específicas de ação climática.

O fundo financia projetos com objetivos de mitigação, adaptação e transversais. De acordo com os dados mais recentes disponíveis no seu site (dezembro de 2024), os CIFs aprovaram um financiamento de US\$ 7,7 bilhões por meio de empréstimos e doações, enquanto que o co-financiamento previsto é de US\$ 73,1 bilhões adicionais, também incluindo empréstimos e doações.

Os CIFs têm um total de 506 projetos disponíveis no site. No entanto, consta o total de 466 projetos no âmbito deste relatório – excluindo os que se enquadram no tema da adaptação, bem como aqueles em duplicatas. Destes, 142 projetos dispõem de uma “página de rosto” com informações detalhadas sobre a proposta do projeto.

Total de projetos dos CIFs	Total de projetos no escopo deste relatório	Percentual de projetos com documentação disponível
506	466	30.5%

Avaliação por meio de indicadores

A avaliação dos projetos no âmbito deste relatório foi realizada através de (1) um **programa de computador** que analisa a documentação disponível e os filtros do site, combinada a (2) uma **avaliação manual** dos conjuntos de dados de resultados. Por meio dessas duas abordagens, foi possível abranger mais de 500 projetos, mantendo uma análise consistente e abrangente das informações disponíveis. Devido às diferenças nas informações disponíveis para o GCF e o CIF, adaptamos a metodologia de modo a fazer pequenas alterações na forma como a avaliação é elaborada para os dois fundos. Cada avaliação **satisfaz totalmente, satisfaz parcialmente** ou **não satisfaz** o indicador. Se satisfizer parcialmente o indicador, isso é conta como 0,5 para o número final de projetos que satisfazem o indicador.

Para obter uma descrição completa da metodologia adotada, consulte o documento completo sobre metodologia disponível aqui [URL a ser fornecida].

Indicador	GCF	CIF
1. Processos participativos e inclusivos	Palavras-chave + avaliação humana	Palavras-chave + Avaliação humana
2. Financiamento direto de organizações lideradas por comunidades	Palavras-chave	Palavras-chave
3. Suporte financeiro ou diversificação dos meios de subsistência	Palavras-chave + avaliação humana	Palavras-chave + Avaliação humana
4. Treinamento, apoio, educação e capacitação	Subseção e checklist + avaliação humana	Checklist + Avaliação humana
5. Proteção social e serviços públicos	Palavras-chave + avaliação humana	Palavras-chave + Avaliação humana
6. Financiamento na forma de doações	- O indicador é satisfeito se a proporção de doações comparadas a outras formas de financiamento for de 100%. - O indicador é parcialmente satisfeito se a proporção das doações comparadas a outras formas de financiamento estiver acima de 75%. - O indicador não é satisfeito se a proporção de doações comparadas a outras formas de financiamento estiver entre 0% and 75%.	
7. Melhoria do acesso à energia e a alimentos	Palavras-chave + Avaliação humana	Palavras-chave + Avaliação humana
8. Garantia e proteção a direitos	Palavras-chave	Palavras-chave
9. Perspectiva de gênero	Plano de Ação de Gênero disponível	Subseção + Avaliação humana
10A. Práticas transformadoras no setor de energia (energia limpa e renovável)	Checklist + Avaliação humana	Checklist + tópicos
10B. Práticas transformadoras na Agricultura (agroecologia)	Palavras-chave + Avaliação humana	Palavras-chave + Avaliação humana

Definição dos projetos de transição justa

Para os fins deste relatório, identificamos quais projetos estão alinhados a uma transição justa com base nos indicadores apresentados acima. Consideramos que um projeto se encontra alinhado com uma transição justa quando preenche estas quatro condições: :

Condições para enquadramento como transição justa:	Metodologia
Devem ser processos participativos e inclusivos	The indicator 1 must be satisfied
Deve ter perspectiva de gênero	O indicador 89 deve ser satisfeito
Deve ser transformador para o setor de energia ou agricultura	O indicador 10A ou 10B deve ser satisfeito
Deve ter o mínimo de integração com justiça social	Ao menos, 2 outros indicadores de justiça social devem ser satisfeitos em 2, 3, 4, 5, 6, 7 ou 8, 9 or 10.

Financiamento para uma Transição Justa

Nosso cálculo do financiamento para uma transição justa, ou financiamento alinhado à transição justa, refere-se à soma do montante total (tanto empréstimos quanto doações) correspondente a cada projeto de Transição Justa (tanto para o GCF quanto para o CIF).

Transição justa-alinhada ao financiamento = $\sum_{i=1}^n$ quantidade de transição justa-alinhada ao projeto i

Além disso, a parcela da transição justa-alinhada ao financiamento climático é calculada em relação ao total do GCF e do CIF para todos os projetos abrangidos.

% de transição justa-alinhada ao financiamento = $\frac{\text{Transição justa-alinhada ao financiamento (USD)}}{\text{Total GCF (USD)} + \text{Total CIF (USD)}}$

Mais detalhes sobre a metodologia podem ser encontrados online em: https://actionaid.org/sites/default/files/publications/methodology-how-finance-flows_just-transition.pdf

ENDNOTES

1. IPCC (2023) "6th Assessment Report: Synthesis Report", <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>, pp. 12, 15
2. Pew Commission on Industrial Farm Animal Production (2022) "Impact of industrial farm animal production on rural communities", <https://clf.jhsph.edu/sites/default/files/2022-03/impact-of-industrial-farm-animal-production-on-rural-communities.pdf>; Hendrickson, M.K., et al. (2020) "The Food System: Concentration and its impacts", <https://farmaction.us/wp-content/uploads/2020/11/Hendrickson-et-al.-2020.-Concentration-and-Its-Impacts-FINAL.pdf>
3. FAO (2023) Estimating global and country-level employment in agri-food systems <https://www.fao.org/3/cc4337en/cc4337en.pdf>
4. Oxfam (2024) "Climate Finance Short Changed 2024 update CSNA Estimate Methodology Note" <https://www.oxfam.org/en/press-releases/rich-countries-overstating-true-value-climate-finance-88-billion-says-oxfam>
5. Calculated as the total from superyacht Koru (\$500 mn), support yacht Abeona (\$75 mn), maintenance costs of Abeona (\$5-10mn for two years since purchase), annual running costs of Koru (\$50 mn for two years since purchase). Data from: Yahoo Finance News (2024) "An Inside Look at Jeff Bezos' \$500 Million Superyacht and What It Costs To Keep It Afloat", <https://finance.yahoo.com/news/inside-look-jeff-bezos-500-153431694.html>
6. World Meteorological Organization (2025) "WMO confirms 2024 as warmest year on record at about 1.55°C above pre-industrial level", <https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2024-warmest-year-record-about-155degc-above-pre-industrial-level>
7. UNDP (2016) "Overview of linkages between gender and climate change", <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/africa/Policy-Brief-Overview-of-linkages-between-gender-and-climate-change.pdf>
8. FAO (2012) "Smallholders and Family Farmers: Factsheet", http://www.fao.org/fileadmin/templates/nr/sustainability_pathways/docs/Factsheet_SMALLHOLDERS.pdf
9. ActionAid (2019) "Principles for a Just Transition in Agriculture", <https://actionaid.org/publications/2019/principles-just-transition-agriculture>
10. Neumayer, E. (2007) "The gendered nature of natural disasters", https://www.researchgate.net/publication/30523075_The_Gendered_Nature_of_Natural_Disasters_The_Impact_of_Catastrophic_Events_on_the_Gender_Gap_in_Life_Expectancy_1981-2002
11. IPCC (2023) "6th Assessment Report: Synthesis Report", <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>
12. SEI, IISD, ODI, Climate Analytics, CICERO, and UNEP (2019) "The Production Gap: The discrepancy between countries' planned fossil fuel production and global production levels consistent with limiting warming to 1.5°C or 2°C", <https://productiongap.org/wp-content/uploads/2019/11/Production-Gap-Report-2019.pdf>, p. 8
13. IISD (2022) Navigating Energy Transitions: Mapping the road to 1.5°C, <https://www.iisd.org/system/files/2022-10/navigating-energy-transitions-mapping-road-to-1.5.pdf>
14. IISD (2025) The Production Gap Report 2025 <https://www.iisd.org/publications/report/production-gap-2025>
15. Don't Gas Africa and the Fossil Fuel Non-Proliferation Treaty (2022) "The Fossil Fuelled Fallacy: How the Dash for Gas in Africa will fail to deliver development", <https://static1.squarespace.com/static/62e211040c9b6758fb1d3467/t/636f503f9b084867049ec7eb/1668239696064/Fossil+Fuelled+Fallacy+Report>
16. Jacobson, M.Z., et al (2022) "Low cost solutions to global warming, air pollution and energy insecurity for 145 countries". Energy and Environmental Science, 15 <https://web.stanford.edu/group/efmh/jacobson/Articles/I/145Country/22-145Countries.pdf>
17. Institute for Sustainable Futures, University of Technology Sydney and Fossil Fuel Non-Proliferation Treaty Initiative. (2021) "Fossil Fuel Exit Strategy" <https://fossilfueltreaty.org/exit-strategy/>
18. Carbon Tracker (2021) "The Sky's the Limit: Solar and wind energy potential is 100 times as much as global energy demand" <https://carbontracker.org/reports/the-skys-the-limit-solar-wind/>
19. IRENA (2025) Renewable Power Generation Costs in 2024 <https://www.irena.org/News/pressreleases/2025/Jul/91-Percent-of-New-Renewable-Projects-Now-Cheaper-Than-Fossil-Fuels-Alternatives>
20. IPCC (2023) pp. 12, 15.
21. FAO (2023) Estimating global and country-level employment in agri-food systems <https://www.fao.org/3/cc4337en/cc4337en.pdf>
22. Pew Commission on Industrial Farm Animal Production (2022) "Impact of industrial farm animal production on rural communities", <https://clf.jhsph.edu/sites/default/files/2022-03/impact-of-industrial-farm-animal-production-on-rural-communities.pdf>; Hendrickson, M.K., et al. (2020) "The Food System: Concentration and its impacts", <https://farmaction.us/wp-content/uploads/2020/11/Hendrickson-et-al.-2020.-Concentration-and-Its-Impacts-FINAL.pdf>
23. FAO (2022) "Tropical rainforests under pressure as agricultural expansion drives global deforestation", <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/fe22a597-a39d-4765-8393-95fbcaed6416/content>
24. Erenstein, O., Jaleta, M., Sonder, K. et al (2022) "Global maize production, consumption and trade: trends and R&D implications." Food Sec. Vol 14, pages 1295-1319 <https://link.springer.com/article/10.1007/s12571-022-01288-7>
25. Voora, V., et al, (2024) "Soybean prices and sustainability," IISD and SSI, <https://www.iisd.org/system/files/2024-02/2024-global-market-report-soybean.pdf>
26. Our World in Data (2024) "How many animals are factory-farmed?", <https://ourworldindata.org/how-many-animals-are-factory-farmed>

27. IPCC (2022) "Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change", https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/report/IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf, pp 771
28. MAPBIOMAS (2024) "Annual Report on Deforestation in Brazil 2023", https://alerta.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/17/2024/05/RAD2023_DESTAQUES_PT_FINAL_27-05-24.pdf.
29. Stockholm Environment Institute and Global Canopy (2020) "Trase Database: Supply chain transparency for sustainable trade", <https://trase.earth/>
30. Ermgassen, E. K. H. J., et al. (2023) "Brazil beef supply chain (2010-2020)" (Version 2.2) [Data set], <https://doi.org/10.48650/AYAA-HH56>
31. Stockholm Environment Institute (2023) "Trase: Brazilian beef exports and deforestation", <https://www.sei.org/features/trase-brazil-beef-exports-deforestation/>
32. IPCC (2023)
33. IPCC (2019) Special report on Climate Change and Land; Summary for Policymakers <https://www.ipcc.ch/srcl/chapter/summary-for-policymakers/>
34. UN FAO Committee on World Food Security (2021) "CFS policy recommendations on agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition", <https://www.fao.org/agroecology/database/detail/en/c/1402652/>
35. Our World in Data (2022) "Meat supply per person", <https://ourworldindata.org/grapher/meat-supply-per-person>
36. International Trade Union Confederation (ITUC) (2025) "Demands for COP30", <https://www.ituc-csi.org/ituc-demands-for-cop30>
37. Shell (n.d.), corporate website, <https://www.shell.com/sustainability/people/a-just-transition.html>; Exxon (n.d.), corporate website, <https://corporate.exxonmobil.com/sustainability-and-reports/sustainability/meeting-societys-critical-needs-energy-products/supporting-a-just-transition>; Urgewald (2024) "2024 Global Oil & Gas Exit List", <https://www.urgewald.org/en/medien/gogel-2024-more-loss-and-damage-ahead>
38. ActionAid (2019) "Principles for a Just Transition in Agriculture", <https://actionaid.org/publications/2019/principles-just-transition-agriculture>
39. ActionAid (2020) "Principles for Just Transitions in Extractives & Agriculture", <https://actionaid.org/publications/2020/principles-just-transitions-extractives-and-agriculture-shaping-energy-and-food#downloads>
40. UN (2018) "United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas: resolution / adopted by the Human Rights Council on 28 September 2018", <https://digitallibrary.un.org/record/1650694?ln=es&v=pdf>
41. ILO (1989), "C169 - Indigenous and Tribal Peoples Convention, 1989 (No. 169)", https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169
42. ILO (2018) "World Employment and Social Outlook 2018: Greening with Jobs", <https://www.ilo.org/publications/world-employment-and-social-outlook-2018-greening-jobs>
43. IPCC (2023)
44. Brophy, A., and Trotter, P. (2022) "Three ways for policy makers to enable energy access for development in Africa", <https://www.smithschool.ox.ac.uk/news/three-ways-policy-makers-enable-energy-access-development-africa>
45. IEA (2023), "Critical Minerals Market Review 2023", <https://www.iea.org/reports/critical-minerals-market-review-2023>
46. Responsible Mining Foundation (2022), "Responsible Mining Index 2022", <https://2022.responsibleminingindex.org/en/summary>
47. ActionAid South Africa (2021) "Manganese Matters", <https://actionaid.org/publications/2021/manganese-matters>
48. Amnesty International (2024), "What do we get in return? How the Philippines nickel boom harms human rights", <https://www.amnesty.org/en/documents/asa35/8607/2024/en/>
49. ActionAid (2024) "How the Finance Flows: Corporate capture of public finance fuelling the climate crisis in the Global South", <https://actionaid.org/publications/2024/industries-fuelling-climate-crisis-are-draining-public-funds-global-south-new>
50. UNDP (2021) "Fossil Fuel Subsidy Reform Lessons and Opportunities", <https://www.undp.org/publications/fossil-fuel-subsidy-reform-lessons-and-opportunities>
51. Stockholm Environment Institute (2024) Taking stock of the just transition from coal in South Africa <https://www.sei.org/wp-content/uploads/2024/09/just-transition-coal-south-africa.pdf>
52. Ibid.
53. Probst, B.S., Toetzke, M., Kontoleon, A. et al. Systematic assessment of the achieved emission reductions of carbon crediting projects. *Nat Commun* 15, 9562 (2024). <https://doi.org/10.1038/s41467-024-53645-z>
54. ActionAid USA (2019) "BECCS: A dangerous distraction", <https://www.actionaidusa.org/wp-content/uploads/2019/06/BECCS-Explainer.pdf>
55. ActionAid (2010) "Meals per Gallon: The impact of industrial biofuels on people and global hunger", https://actionaid.org/sites/default/files/meals_per_gallon_feb_2010.pdf
56. CIEL (2024) "The Risks of Geoengineering", https://www.ciel.org/wp-content/uploads/2024/10/CIEL_briefing_The-Risks-of-Geoengineering_October2024.pdf
57. ActionAid (2017) "'Climate Smart Agriculture' causes confusion", <https://actionaid.org/publications/2017/climate-smart-agriculture-causes-confusion#downloads>
58. Rainforest Action Network and allies (2025) "Banking on Climate Chaos: Fossil fuel finance report 2025", <https://www.bankingonclimatechaos.org>

59. ActionAid UK (2025) "Who Pays the Price? The cost of HSBC's climate damages", <https://www.actionaid.org.uk/latest-news/actionaid-uk-cuts-ties-hsbc-after-ps128bn-climate-damage-link>
60. ActionAid (2023a) "How the Finance Flows: The banks fuelling the climate crisis", <https://actionaid.org/publications/2023/how-finance-flows-banks-fuelling-climate-crisis>
61. ActionAid (2024)
62. Civil Society Equity Review (2024) "Fair shares, finance, transformation", https://static1.squarespace.com/static/620ef5326bbf2d7627553dbf/t/6736be5167374474eab2b526/1731640915060/COP29_Civil_Society_Equity_Review.pdf
63. ActionAid (2025) "Who Owes Who: External debts, climate debts and reparations in the Jubilee Year" <https://actionaid.org/publications/2025/who-owes-who>; Fanning, A., Hickel, J. (2023) "Compensation for atmospheric appropriation" *Nature Sustainability* 6 <https://www.nature.com/articles/s41893-023-01130-8>
64. Oxfam (2024) "Climate Finance Short Changed 2024 update CSNA Estimate Methodology Note" <https://www.oxfam.org/en/press-releases/rich-countries-overstating-true-value-climate-finance-88-billion-says-oxfam>
65. ActionAid (2023b) "The Vicious Cycle: Connections between the debt crisis and the climate crisis" <https://actionaid.org/publications/2023/vicious-cycle>
66. ActionAid (2023a)
67. ActionAid (2024)
68. Oxfam and Care (2025) "Climate Finance Shadow Report 2025: Analysing progress on climate finance under the Paris Agreement", <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-finance-shadow-report-2025-analysing-progress-on-climate-finance-under-621735/>
69. Omukuti, J., (2021). "The Green Climate Fund Is Not Doing Enough to Support Just Transitions in the Global South" York University. <https://www.york.ac.uk/igdc/news/2021/tcf-just-transitions-global-south/>; Yeung et al, (2024). "Realist review on just transition towards low emission, climate resilient and more inclusive societies in developing countries" GCF-IEU and ILO, https://ieu.greenclimate.fund/sites/default/files/document/240522-egm-just-transition-report-top-publication-23-05-24-1900_0.pdf;
70. CIF (n.d.), Homepage, <https://www.cif.org/>, Accessed Sept. 29, 2025
71. Bradlow, D.D and Naude Fourie, A. (2020), "The Multilateral Development Banks and the Management of the Human Rights Impacts of their Operations", <https://www.researchgate.net/publication/340839337>
72. Chavkin, S., et al. (2015) "How the World Bank Broke Its Promise to Protect the Poor", International Consortium of Investigative Journalists, <https://www.icij.org/investigations/world-bank/how-world-bank-broke-its-promise-protect-poor/#:~:text=The%20scope%20of%20%E2%80%9Cinvoluntary%20resettlement,of%20World%20Bank%20records%20reveals>
73. Chavkin, S. (2020) "World Bank slammed for response on disastrous dam project", International Consortium of Investigative Journalists, <https://www.icij.org/investigations/world-bank/world-bank-slammed-for-response-on-disastrous-dam-project/>
74. Eurasianet (2025) "Tajikistan: Rogun dam under the microscope", <https://eurasianet.org/tajikistan-rogun-dam-project-going-under-microscope>
75. Leslie, J. (2024) "In a major reversal, the World Bank is backing megadams", *Yale Environment 360*, <https://e360.yale.edu/features/world-bank-hydro-dams>
76. Recourse, Center for Financial Accountability, Solidaritas Perempuan and Sustentarse (2023), "LOST IN TRANSITION: Analysis of the World Bank's Renewable Energy Investments since Paris", <https://re-course.org/newsupdates/new-report-shows-mdb-energy-financing-not-shifting-fast-enough-to-clean/>
77. Recourse and Lumière Synergie pour le Développement (LSD, Sénégal) (2023), "THE TAIBA N'DIAYE WIND FARM IN SENEGAL: Renewable Energy for Whom?", <https://re-course.org/wp-content/uploads/2023/09/The-Taiba-NDIaye-Wind-Farm-in-Senegal.pdf>
78. CIF CTF and SCF Trust Fund Committees (2018) "CIF Gender Policy (Revised)", https://www.cif.org/sites/cif_enc/files/knowledge-documents/joint_ctf-scf_17_4_rev.1_cif_gender_policy_rev1_2_final.pdf
79. Rybachok, K. (2021), "Actions speak louder than words: gender equality policies in development banks", Bankwatch, <https://bankwatch.org/blog/actions-speak-louder-than-words-gender-equality-policies-in-development-banks>
80. CIF (n.d.) "Just Transition Planning Toolbox", <https://www.cif.org/just-transition-toolbox/toolbox-action/supporting-just-transition-planning>
81. GCF (2021) "Revised environmental and social policy", <https://www.greenclimate.fund/document/revised-environmental-and-social-policy>
82. GCF (2019) "Gender Policy", <https://www.greenclimate.fund/document/gender-policy>
83. GCF (2018) "Indigenous peoples policy", <https://www.greenclimate.fund/document/indigenous-peoples-policy>
84. GCF Watch (2023) "GCF Observer Network of Civil Society, Indigenous Peoples, and Local Communities Intervention on FP214: Thai Rice: Strengthening Climate-Smart Rice Farming by GlZ", https://www.gcfwatch.org/wp-content/uploads/2023/10/GCFWatch_B37_FP214.pdf
85. https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/fp214-giz-thailand_1.pdf
86. Climate Watch Thailand, personal communication, September 2025.
87. GCF (2011), "Governing Instrument for the Green Climate Fund", <https://www.greenclimate.fund/document/governing-instrument>, paragraph 57
88. Yahoo Finance News (2024)
89. Joint TFC meeting (2009) "Approval of policy for disclosure of documents prepared for purposes of the Climate Investment Funds", https://www.cif.org/sites/default/files/meeting-documents/approval_of_policy_for_disclosure_of_documents_prepared_for_the_cif.pdf

AUTORES: TERESA ANDERSON, PAULA CASTRO AND DOUG HERZLER
ANÁLISE DE DADOS: WARD WARMERDAM AND JIM SANCHEZ (PROFUNDO CONSULTANCY)
AGRADECIMENTOS: NINA MOELLER, TARA DANIEL, AGNES SCHIM VAN DER LOEFF,
BRANDON WU, DAVID ARCHER, TANJIR HOSSAIN, FABIANA FERREIRA ALVES, ERIKA AZEVEDO, ANA
CAROLINA MORETT, JESSICA SIVIERO, ISABEL IPARRAGUIRRE, LILIANA DEMARTINI, ZAHRA HDIDOU,
JESSICA MANDANDA, JULIE MIDDLETON, HANNAH GURNEY AND HARRIET MACKAILL-HILL
LAYOUT E DESIGN: WWW.NICKPURSERDESIGN.COM



International Registration number: 27264198

Website: www.actionaid.org
Telephone: +27 11 731 4500
Fax: +27 11 880 8082
Email: mailjhb@actionaid.org

ActionAid International Secretariat,
Postnet Suite 248, Private Bag X31,
Saxonwold 2132,
Johannesburg, South Africa.

Novembro 2025